

ATO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO n°0269/2024

Data MÁXIMA para resposta: 03 de julho de 2024.

Norma Aplicável: REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS E OBRAS – EDIÇÃO 2022

Link:https://fuabc.org.br/portaldatransparencia/wp-content/uploads/2022/11/regulamento_compras_2022_diario_oficial.pdf

A Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Caetano do Sul, nos termos do seu novo Regulamento Interno de Compras e Contratação de Serviços de Terceiros e Obras, declara a intenção de contratar empresa especializada para a prestação dos serviços de aquisição e instalação de equipamentos de ar-condicionado para unidades de saúde de São Caetano do Sul.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Ato objetiva a Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de aquisição e instalação de equipamentos de ar-condicionado para unidades de saúde de São Caetano do Sul, segundo descritivos inseridos no presente Ato de Convocação.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. As empresas que tiverem interesse em participar da presente contratação deverão encaminhar proposta técnica e comercial incluindo a descrição detalhada do serviço proposto;

2.1.1. Os envelopes de propostas e documentação deverão ser entregues ***devidamente lacrados, rubricados no fecho, identificados com o nome da empresa, número do processo, objeto, nome do proponente, telefone e e-mail,*** no endereço na Rua São Paulo, 1840, 4º Andar, Santa Paula, São Caetano do Sul, **até às 16h00 do dia 03 de julho de 2024**, vedada a utilização de nome fantasia.

2.1.2. Deverão ser entregues **02 (dois) envelopes (Envelope I – Proposta;**

Envelope II – Documentação), um constando a proposta técnica/comercial e outro constando os documentos de habilitação exigidos no item 5.3. deste Ato.

2.2. Os envelopes deverão ser entregues conforme item 2.1.1., e as propostas elaboradas nos termos do Anexo IV – Modelo de Proposta, com o valor que será cobrado para toda a prestação dos serviços, individualizando deste modo, qual será o preço a ser atribuído a cada uma delas.

2.2.1. As propostas deverão ser apresentadas em idioma nacional, devidamente datada, assinada e identificada com o nome e o cargo de quem a assina, em papel timbrado da empresa, e deverá conter: Razão Social, nº do CNPJ, endereço com CEP, telefone e e-mail da participante.

2.3. Os preços apresentados deverão ser em moeda corrente nacional (R\$) real, com até duas casas decimais, expressos em algarismos e por extenso, computados todos os custos básicos diretos, bem como tributos, encargos sociais, trabalhistas, benefícios e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto da contratação;

2.4. Não será admitida a participação de consórcios, tampouco a participação de empresa impedida por lei.

2.5. Não será admitida a subcontratação de serviços na execução do contrato decorrente desta contratação, salvo se houver autorização expressa da CONTRATANTE.

2.6. À CONTRATANTE fica reservado o direito de efetuar diligências em qualquer fase da Coleta de Preços para verificar a autenticidade e veracidade dos documentos e informações apresentados nas Propostas, bem como esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão, posterior de documento ou informação exigido neste ATO CONVOCATÓRIO.

2.6.1. A fim de apurar a viabilidade econômico-financeira da proposta, a CONTRATANTE poderá requerer planilha de composição de custos e formação de

preços, de forma pormenorizada, contendo custos diretos e indiretos, tais como mão-de-obra vinculada à execução do contrato, composição de remuneração, benefícios mensais e diários, insumos diversos e encargos sociais e trabalhistas.

2.7. A simples participação neste processo implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Instrumento e seus Anexos;

2.8. O prazo de validade da Proposta Comercial não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data da entrega da respectiva proposta, sendo assim, na hipótese de omissão por ocasião do preenchimento, fica tacitamente definido o prazo de 60 (sessenta) dias para a proposta apresentada;

3. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

3.1. A entrega da documentação/proposta será pessoalmente no Departamento de Contratos do Complexo de Saúde de São Caetano do Sul, das **09h00 até às 16h00 do dia 03 de julho de 2024**, localizado na Rua São Paulo, 1840, 4º andar, Bairro Santa Paula, São Caetano do Sul, São Paulo - CEP: 09541-100.

4. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS – ENVELOPE I

4.1. As propostas comerciais serão analisadas pelo Departamento de Contratos, que lavrará o competente Termo de Julgamento, cabendo submetê-lo a decisão da Diretoria Geral da Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Caetano do Sul, nos termos regimentais;

4.2. A presente Coleta de Preços é do tipo “**MENOR VALOR GLOBAL**”, e as propostas serão julgadas de acordo com este critério.

4.3. As propostas comerciais serão avaliadas pelo Departamento de Contratos, devidamente assessorado pelo corpo técnico da unidade requisitante, caso julgue necessário;

4.4. Em caso de empate, a decisão se fará através de sorteio e, após o critério de classificação;

4.5. Será(ão) considerada(s) classificada(s) a(s) empresa(s) que, tendo atendido a todas as exigências formais do presente ATO CONVOCATÓRIO e desde que os serviços estejam de acordo com todas as exigências e especificações mencionadas nos Anexos;

4.6. Serão desclassificadas as propostas comerciais:

4.6.1. Não foram apresentadas no modelo constante no Anexo IV – Modelo de Proposta

4.6.2. Cujos objetos não atendam às especificações constantes da presente contratação, conforme análise pela área técnica;

4.6.3. Que ofertarem vantagem não prevista no termo de referência e/ou preço ou vantagem baseada na proposta comercial de outra empresa participante;

4.6.4. Que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, entendendo-se por preço manifestamente inexequível aquele que apresente valor zero, simbólico, irrisório ou incompatível com os preços praticados pelo mercado;

4.6.5. Na hipótese de todas as Propostas serem desclassificadas e a do Departamento de Contratos, poderá ser fixado o prazo de até 03 (três) dias úteis para apresentação de nova proposta comercial.

4.7. Será elaborado quadro comparativo de preços com a classificação provisória das propostas em ordem crescente de preços;

5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – Envelope II

5.1. Em que pese a obrigação de todas as empresas participantes apresentarem seus Envelopes II de documentação, somente será aberto o envelope da empresa que apresentar

o menor preço em sua proposta comercial;

5.2. Caso a empresa que apresentar o menor preço for inabilitada será aberto o envelope de documentação do segundo colocado e assim sucessivamente.

5.2.1. Em caso de inabilitação do primeiro colocado, antes da abertura de seu envelope II, o segundo colocado será questionado se aceita a contratação nos valores ofertados pelo primeiro colocado (inabilitado) devendo oferecer resposta em 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de desclassificação;

5.2.2. Em caso de inabilitação do segundo colocado os demais classificados serão convocados na forma do item 5.2.1 sucessivamente respeitando a ordem de classificação.

5.3. Os documentos obrigatórios de regularidade (habilitação) serão os seguintes:

5.3.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

5.3.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e última alteração devidamente registrados;

5.3.3. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.3.4. Prova de regularidade com as **Fazendas Públicas: I - Federal** (CND - Certidão conjunta fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, respectivamente, em conjunto, nos termos da IN/RFB nº 734/07 e do Decreto nº 6.106/2007); **II - Estadual** (Certidão da Procuradoria Geral do Estado e Certidão Negativa de Débitos Tributários Não Inscritos da Secretaria da Fazenda Estadual) **e III - Municipal** (Certidão de Tributos Mobiliários), conforme o domicílio ou sede da participante, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei;

5.3.5. Prova de regularidade do FGTS (CRF);

5.3.6. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo à sede da participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratado;

5.3.7. Comprovante de inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) com CNAE compatível com o objeto da presente demanda;

5.3.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei Federal nº 12.440/11.

5.3.9. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

5.3.9.1. As cópias dos termos de abertura e de encerramento do Diário Geral, assinado pelo Contador e registrados na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos devem acompanhar o Balanço patrimonial;

5.3.9.2. Para as empresas que efetuaram a escrituração digital, através do SPED, deverão ser apresentados o Recibo de entrega e as folhas referentes às Demonstrações Contábeis e a do Balanço Patrimonial, nos termos da Instrução Normativa DNRC nº 107/08;

5.3.9.3. No caso de sociedade anônima: observadas as exceções legais, apresentar as publicações na Imprensa Oficial do Balanço e Demonstrações Contábeis e da Ata de Aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial;

5.3.9.4. A boa situação econômico-financeira da licitante será comprovada e demonstrada, em folha anexa ao Balanço apresentado, através dos Índices

contábeis: Índices de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a um inteiro (1,0) e Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou superior a um inteiro (1,0);

O ILC e o ILG serão calculados pelas fórmulas:

$$\text{ILC} = \text{AC} / \text{PC}$$

$$\text{ILG} = \text{AC} + \text{RLP} / \text{PC} + \text{ELP}$$

Onde:

AC = ativo circulante;

PC = passivo circulante;

RLP = realizável a longo prazo;

ELP = exigível a longo prazo;

Não serão aceitas fórmulas alternativas, em face da necessidade de uniformização, evitando com isto, diversas interpretações.

Caso a empresa não atinja o índice igual ou superior a um inteiro (1,0), poderá comprovar sua boa situação financeira, após detalhada análise da CONTRATANTE, apresentando capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo não inferior a 10% da soma do valor total de sua proposta.

5.3.10. A proponente deverá apresentar atestado(s) de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades e prazo contratual, datas de início e término e local da prestação dos serviços;

5.3.10.1. *Entende-se por mesma natureza e porte, atestado(s) de serviços similares ao objeto do Ato Convocatório que demonstre(m) que a empresa participante prestou serviços correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do objeto do certame.*

5.3.10.2. *A comprovação a que se refere o item 5.3.10. poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos contratos quanto dispuser a empresa;*

5.3.10.3. *O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente bem como o nome, o cargo do signatário e telefone para contato.*

5.3.11. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida no período de até 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a entrega dos envelopes;

5.3.12. Comprovação de aptidão do proponente, mediante atestado, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, certificado pelo CREA, em nome de engenheiro pertencente ao quadro funcional da participante, detentor de atestado de responsabilidade técnica.

5.3.13. Certidão comprobatória de inscrição e regularidade da participante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU;

5.3.14. Declaração de ciência do disposto no item 2.7 do Ato Convocatório (Anexo III).

5.3.15. Declaração que, de acordo com as especificações fornecidas pela CONTRATANTE, há perfeitas condições para execução completa dos serviços; (Anexo VII)

5.3.16. Declaração da empresa, assumindo o compromisso de cumprir as leis anticorrupção e as políticas, procedimentos e regras de integridade aplicáveis, incluindo, sem limitação, o Código de Conduta Ética da Instituição. (Anexo VIII)

5.3.17. Declaração da empresa, sob a pena da lei, assegurando que não possui como dirigente ou sócio, cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por

afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de profissionais integrantes de órgãos de deliberação ou direção da FUABC. (Anexo IX)

5.3.18. Declaração da empresa, sob a pena da lei, se responsabilizando no caso de seus funcionários ou prepostos vierem a mover futuras ações trabalhistas ou cíveis contra ela, ficando a FUABC – Complexo de Saúde de São Caetano do Sul excluída do polo passivo, ou seja, da responsabilidade solidária ou subsidiária; (Anexo X)

5.3.19. Declaração assinada pelo representante da empresa, assegurando a inexistência de vínculo dos sócios e seus funcionários com a Fundação do ABC e suas mantidas; bem como a não composição do Conselho de Curadoria da FUABC e Conselho de Administração de nenhuma mantida, para fins da não implicação futura de nulidade do certame. (Anexo XI)

5.3.20. Declaração certificando de que possui processos internos de governança para proteção de dados, se adequando à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018 que regula as atividades de tratamento de dados pessoais. (Anexo XII)

5.3.20.1. Caso não possua processos internos de governança para proteção de dados, apresentar declaração garantindo e informando o prazo estimado para implantação.

5.3.21. Declaração de realização ou não de vistoria técnica; (Anexo XIII)

5.4. As declarações apresentadas deverão estar devidamente assinadas pelo representante legal da empresa.

5.5. As empresas tomarão ciência do resultado pelo site da Fundação do ABC (www.fuabc.org.br).

6. DAS VISTAS AO PROCESSO, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

6.1. Os interessados poderão requerer vistas ao processo, mediante pedido expresso por seus representantes legais, instruindo o pleito com os regulares documentos de representação, sob pena de inadmissão.

6.1.1. O pedido de vistas, realizado dentro do prazo para interposição de recursos, suspende o prazo recursal apenas para o participante que o requerer.

6.1.1.1. O pedido de vistas poderá ser realizado presencialmente das 09h00 às 16h00 ou através do email ricardo.adm@chmscs.org.br e gabriella.lopes@chmscs.org.br até as 16h00 do último dia do prazo para apresentação de recursos, através de solicitação assinada pelo representante legal da empresa interessada e/ou aqueles indicados em procuração específica.

6.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar os termos do Ato Convocatório até 02 (dois) dias antes da data de abertura do certame.

6.2.1. As impugnações deverão ser formalizadas presencialmente das 09h00 às 16h00, endereçadas à Diretoria Geral, mediante petição assinada pelo representante legal da empresa interessada e/ou aqueles indicados em procuração específica para análise e julgamento do Departamento Jurídico.

6.2.2. A impugnação oferecida dentro do prazo estabelecido no item 6.2, será encaminhada imediatamente à autoridade máxima da Unidade, para que esta se manifeste quanto à aplicação do efeito suspensivo ou não a essa.

6.3. Caberá recurso das decisões da Diretoria Geral, no prazo de 02 (dois) dias úteis da publicação do resultado final, através do site www.fuabc.org.br.

6.4. Estarão legitimados para a apresentação de recurso, os representantes legais da empresa e/ou aqueles indicados em procuração específica, instruindo o pleito com os regulares documentos de representação, sob pena de inadmissão.

6.4.1.1. Os recursos deverão ser formalizados presencialmente das 09h00 às

16h00, endereçados à Diretoria Geral, mediante petição assinada pelo representante legal da empresa interessada e/ou aqueles indicados em procuração específica para análise e julgamento do Departamento Jurídico.

6.4.1.2. Em havendo interposição de recurso por quaisquer das empresas, as demais serão notificadas através do sítio eletrônico www.fuabc.org.br, para que, em havendo interesse, apresentem suas contrarrazões em 02 (dois) dias úteis, impreterivelmente, da notificação.

6.5. As contrarrazões deverão ser formalizadas presencialmente das 09h00 às 16h00, endereçadas à Diretoria Geral, mediante petição assinada pelo representante legal da empresa interessada e/ou aqueles indicados em procuração específica, instruindo o pleito com os regulares documentos de representação, sob pena de inadmissão.

6.6. As empresas tomarão ciência através do sítio eletrônico da Fundação do ABC (www.fuabc.org.br) das decisões, recursos, resultados e demais informações pertinentes ao certame.

7. DO CONTRATO

7.1. A participante vencedora deverá comparecer à sede da CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da convocação feita pelo departamento competente para esse fim, apto para assinatura do respectivo Contrato, sob pena de, não o fazendo, ficando a mesma impossibilitada de participar de futuras Coletas de Preços da CONTRATANTE;

7.2. O contrato decorrente deste Ato Convocatório terá vigência a partir da data da sua assinatura e ou data a ser pactuada entre as partes e duração de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado(s) por períodos menores, iguais e sucessivos, até o limite de 90 (noventa) dias;

7.3. Os anexos do Ato Convocatório publicado, origem deste contrato, são parte integrante deste.

8. DA VISTORIA TÉCNICA FACULTADA AOS PARTICIPANTES

8.1. A proponente deverá optar pela realização ou não da vistoria técnica, apresentando a “Declaração de Vistoria Técnica” conforme o modelo constante do Anexo XIII.

8.2. A vistoria técnica tem como objetivo a análise das condições dos locais para a execução do objeto da contratação, possibilitando aos interessados verificarem in loco as informações que julgarem necessárias para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, não cabendo à CONTRATANTE nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da vistoria.

8.3. A vistoria será livre aos participantes. Os responsáveis pelos locais estarão cientes que nos dias 27/06, 28/06, 01/07 e 02/07 das 09h às 16h poderão receber a visita de representantes das empresas interessadas para a realização de vistoria. Os interessados deverão encaminhar e-mail para ricardo.adm@chmscs.org.br e gabriella.lopes@chmscs.org.br informando o nome da empresa e o nome das pessoas que realizarão a vistoria, bem como data e horário.

8.4. Competirá a cada interessado, quando da visita técnica, fazer-se acompanhar dos técnicos e especialistas que entender suficientes para colher as informações necessárias à elaboração da sua proposta.

8.5. As prospecções, investigações técnicas, ou quaisquer outros procedimentos que impliquem interferências no local em que serão prestados os serviços deverão ser previamente informadas e autorizadas pela CONTRATANTE.

8.6. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que serão executados os serviços objeto da contratação.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

9.1. A CONTRATANTE poderá aplicar advertência quando ocorrer prestação insatisfatória dos serviços ou pequenos transtornos ao desenvolvimento deles, desde que sua gravidade não recomende as sanções posteriormente descritas.

9.2. Em caso de infrações, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções de multa:

9.2.1. Multa de até 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor do faturamento do mês da ocorrência da infração, pelo descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes deste Contrato. Na hipótese de reincidência por parte da CONTRATADA, a multa corresponderá ao dobro do valor daquela que tiver sido aplicada inicialmente, sendo observado, porém, o valor limite equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

9.2.2. Multa de 10% (dez por cento), por inexecução parcial do contrato, calculada sobre o valor da parcela não executada;

9.2.3. Multa de 20% (vinte por cento), por inexecução total do contrato, calculada sobre o valor total do Contrato;

9.2.4. Faculta-se à CONTRATANTE, no caso de a CONTRATADA não cumprir o fornecimento ou o serviço contratado, adquirir o produto/serviço de outra empresa, devendo a CONTRATADA arcar com os custos que eventualmente forem acrescidos para a aquisição/contratação.

9.3. A CONTRATANTE poderá, em decorrência da gravidade dos atos praticados pela CONTRATADA, suspender temporariamente sua participação no processo a ser realizado pelo Complexo de Saúde de São Caetano do Sul, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

9.3.1. A CONTRATADA possui plena ciência que a CONTRATANTE encaminhará relato do ocorrido à municipalidade e à Fundação do ABC, mantenedora da CONTRATANTE, para que caso assim desejem, também suspendam o direito de

participar em processos de compras/contratação por eles iniciados.

9.4. A sanção de Multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA de indenizar a CONTRATANTE por eventuais perdas e danos;

9.5. Constatado o descumprimento de quaisquer obrigações decorrentes do ajuste, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA acerca de sua intenção de aplicar-lhe eventuais penas, sendo-lhe facultada apresentação de defesa escrita, se assim entender, no prazo estipulado na mesma, contados do recebimento da referida notificação;

9.6. Uma vez apresentada defesa, a CONTRATANTE poderá, após análise, deferir a pretensão, restando afastada, então, a possibilidade da penalização, ou indeferir a pretensão, dando prosseguimento aos trâmites administrativos visando à efetiva aplicação da pena;

9.6.1. Na hipótese de indeferimento, será a CONTRATADA notificada da referida decisão, podendo a CONTRATANTE realizar o abatimento da multa calculada na nota fiscal emitida para o pagamento dos serviços contratados.

10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE FATURAMENTO

10.1. A CONTRATANTE deverá pagar, à CONTRATADA pela prestação dos serviços efetivamente prestados e atestados, exclusivamente através de depósito em conta corrente;

10.2. A CONTRATADA deverá indicar na documentação fiscal o número de sua conta corrente, agência e banco a fim de que possa a CONTRATANTE efetuar o pagamento através de depósito bancário;

10.3. O pagamento dos serviços será realizado em até 20 (vinte) dias após o ateste da nota fiscal que deverá seguir o seguinte trâmite:

10.3.1. A CONTRATADA emitirá relatório de execução até o 10º dia útil do mês subsequente a prestação de serviços contendo todos os equipamentos já instalados, apontamentos de eventuais ocorrências e resultados obtidos;

10.3.2. O referido relatório será atestado pelo gestor do contrato previamente indicado pela CONTRATANTE.

10.3.3. Após o citado ateste previsto na cláusula 10.3.2., a CONTRATANTE autorizará a CONTRATADA a emitir nota(s) fiscal(ais) e deverá apresentar as certidões de regularidade fiscal e trabalhista (CND Federal e CND FGTS);

10.3.4. Havendo incongruências no relatório de execução contratual citado na cláusula 10.3.1, a CONTRATANTE terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para notificar a contratada a respeito de eventuais correções ou glosas.

10.4. Corrigida as impropriedades ou aplicadas as glosas, será o tramite regular de pagamento.

10.5. A CONTRATANTE não se responsabiliza pelos custos com insumos, transporte, taxa de manipulação e outros que se fizerem necessários;

10.6. Em nenhuma hipótese serão aceitos títulos via cobrança bancária;

10.7. Dos pagamentos, será retido na fonte, o valor correspondente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, nos termos da legislação específica e demais tributos que recaiam sobre o valor faturado.

10.8. A CONTRATADA, neste ato, declara estar ciente de que os recursos utilizados para o pagamento dos serviços ora contratados serão aqueles repassados pela Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, em razão do Contrato de Gestão nº88/19, firmado entre a CONTRATANTE e a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, para a gestão do Complexo Hospitalar e Unidades de Saúde do Município de São Caetano do Sul.

10.9. Os serviços prestados são decorrentes da celebração de contrato de gestão entre a Fundação do ABC e o poder público, sendo a Unidade de saúde de propriedade do ente público contratante, o recurso para pagamento decorrerá do repasse do ente público contratante e, em razão de atraso dos repasses pelo poder público, a Fundação poderá suspender os pagamentos até que sejam reestabelecidos os repasses.

10.10. A CONTRATANTE compromete-se em pagar o preço irreeajustável constante da proposta da CONTRATADA, desde que não ocorram atrasos e/ou paralisação dos repasses pela Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul para a CONTRATANTE, relativo ao custeio do objeto do Contrato de Gestão nº 88/19.

10.11. A única fonte de receita a ser utilizada para pagamento dos serviços é aquela prevista no respectivo contrato de gestão, sendo vedada a utilização de qualquer outra fonte de recurso para pagamento, nos termos da Legislação que regulamenta as Organizações Sociais de Saúde.

10.12. A CONTRATADA deverá encaminhar relatório de execução e posteriormente a nota fiscal, e estas deverão ser emitidas para a Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Caetano do Sul, CNPJ nº 57.571.275/0014-17.

Endereços:

Fatura: Rua do Níquel, 251, Prosperidade, São Caetano do Sul, SP

Cobrança: Rua São Paulo, 1840, 4º Andar, Santa Paula, São Caetano do Sul /SP CEP: 09541-100

10.12.1. A CONTRATADA deverá cadastrar e enviar nota fiscal eletronicamente para nfcontratos@chmscs.org.br.

10.13. A **CONTRATANTE** procederá à retenção tributária referente aos serviços prestados nas alíquotas legalmente devidas, incidentes sobre o valor destacado em nota fiscal.

11. DA RESCISÃO/RESILIÇÃO

11.1. A CONTRATANTE poderá rescindir motivadamente, independentemente de qualquer notificação, no caso descumprimento do Código de Conduta Ética da Fundação do ABC ou legislação vigente, em especial a Lei Anticorrupção Brasileira, sem prejuízo das demais penalidades previstas.

11.2. A rescisão, por inadimplemento das obrigações prevista no presente Contrato poderá ser declarada unilateralmente pela CONTRATANTE, mediante decisão motivada.

11.3. Dar-se-á automaticamente a rescisão dos contratos decorrentes de obrigações contraídas por meio de Convênios Administrativos ou Contratos de Gestão, no caso de rescisão das respectivas avenças administrativas, sendo que nesta hipótese nenhuma indenização será devida, facultando-se a rescisão unilateral sem aviso prévio.

11.4. O presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade superior.

11.5. Na hipótese de rescisão por inadimplemento, além das sanções cabíveis, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo do serviço não executado, sem prejuízo da retenção de créditos, reposição de importâncias indevidamente recebidas e das perdas e danos que forem apurados.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Caetano do Sul se reserva o direito de cancelar o presente processo, a qualquer tempo, fundamentando sua decisão;

12.2. Quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao Departamento de Contratos do Complexo de Saúde de São Caetano do Sul, à Rua São Paulo, 1840, 4º Andar - Santa Paula, São Caetano do Sul, São Paulo - CEP: 09541-100, das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30 ou por e-mail: ricardo.adm@chmscs.org.br e gabriella.lopes@chmscs.org.br.

12.2.1. Os esclarecimentos acerca do objeto deste certame poderão ser realizados até 02 (dois) dias antes da data final de entrega dos envelopes.

12.3. Seguem os seguintes Anexos ao presente Instrumento:

12.3.1. Anexo I – Termo de Referência;

12.3.2. Anexo II – Minuta de Contrato;

12.3.3. Anexo III – Declaração de Ciência

12.3.4. Anexo IV – Modelo de Proposta

12.3.5. Anexo V – Termo LGPD

12.3.6. Anexo VI - Requisitos Básicos de Medicina e Segurança do Trabalho.

12.3.7. Anexo VII – Declaração 5.3.15.

12.3.8. Anexo VIII – Declaração 5.3.16.

12.3.9. Anexo IX – Declaração 5.3.17.

12.3.10. Anexo X – Declaração 5.3.18.

12.3.11. Anexo XI – Declaração 5.3.19.

12.3.12. Anexo XII – Declaração 5.3.20.

12.3.13. Anexo XIII – Atestado de Vistoria ou Declaração de Responsabilidade.

São Caetano do Sul, ___ de _____ de 2024.

Complexo de Saúde de São Caetano do Sul
Diretoria Geral Interina

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 INTRODUÇÃO

Este termo de referência faz parte do projeto básico de HVAC das unidades:

- **Setor Oncologia (Rua Peri, 361 - Santa Paula, São Caetano do Sul - SP, 09540-290);**
- **CISE Mauá (Interno - R. da Eternidade, 13 - Mauá, São Caetano do Sul - SP, 09520-410);**
- **CISE Mauá (R. da Eternidade, 13 - Mauá, São Caetano do Sul - SP, 09520-410);**
- **UBS VANDA (Piso Inferior - R. Vanda, 11 - Boa Vista, São Caetano do Sul - SP, 09572-080);**
- **UBS VANDA (Piso Superior - R. Vanda, 11 - Boa Vista, São Caetano do Sul - SP, 09572-080);**

destacando equipamentos, especificações técnicas e serviços que os proponentes deverão fornecer e atender.

2 OBJETIVO

Descrever as diretrizes de base para execução da obra, bem como especificar os componentes, equipamentos e serviços relativos ao fornecimento e instalação de sistemas de ar condicionado necessário para as unidades de Saúde acima citadas.

3 GENERALIDADES

3.1 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

A elaboração deste processo baseou se nos seguintes documentos:

- Desenhos de arquitetura;
- Tratativas com o usuário e identificação das cargas térmicas atuantes;

Este Memorial faz parte integrante desse projeto, portanto na duplicidade ou não apresentação nos desenhos às anotações contidas nesse memorial se sobressaem aos demais documentos.

3.2 NORMAS TÉCNICAS

Deverão ser observados as normas e códigos de obras aplicáveis nos serviços e materiais a serem fornecidos, sendo que as determinações da Associação Brasileira de Normas Técnicas serão adotadas como elementos de base para execução, montagem ou funcionamento de quaisquer serviços. Na falta de normas especificadas na ABNT, as normas abaixo relacionadas deverão ser adotadas como referência:

- NBR 16401:2008 - Associação Brasileira de Normas Técnicas:
 - Parte 1: Projeto das Instalações;
 - Parte 2: Parâmetros de Conforto Térmico;
 - Parte 3: Qualidade do Ar Interior.
- NBR 14679:2012 - Sistemas de condicionamento de ar e ventilação - Execução de serviços de higienização.
- NBR 5410:2004 - Instalações elétricas de baixa tensão.
- NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.
- NR 15 - Atividades e Operações Insalubres.
- PORTARIA GM/MS 3523/98 de 28/08/1998 da ANVISA.
- RESOLUÇÃO RE nº 9 de 16/01/2003 – ANVISA.
- ASHRAE - American Society of Heating, Refrigerating and Air Conditioning Engineers.
- AMCA - Air Moving and Conditioning Association.
- SMACNA - Sheet Metal and Air Cond. Contractor National Association Inc.
- ANSI - American National Standard Institute.
- ASTM - American Society for Testing and Materials.
- NEMA - National Electrical Manufacturer Association.

Demais normas vigentes da ABNT, exigências legais das esferas Federal, Estadual, Municipal, aos regulamentos das empresas concessionárias de serviços públicos; Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA-CONFEA.

As instalações de ar condicionado podem se tornar causa e fonte de contaminação se não forem corretamente executadas, operadas e monitoradas, ou ainda se não receberem os cuidados necessários de limpeza e manutenção.

3.3 DESCRIÇÃO DA INSTALAÇÃO

Trata-se de uma instalação nova, projetada para conforto térmico, garantindo controle de temperatura, proporcionando assim a salubridade necessária aos usuários e equipamentos.

3.3.1 AR CONDICIONADO (EXPANSÃO DIRETA)

O sistema de ar condicionado será de expansão direta, tipo SPLIT SYSTEM, no qual cada unidade interna será conectada a uma unidade externa (condensadora), formando assim o seu conjunto.

O sistema opera com fluxo de refrigerante variável, proporcional à demanda de carga térmica, reduzindo o consumo de energia em até 25%, utilizando refrigerante ecológico R-410-A que não agride a camada de Ozônio.

Os condensadores serão modulares, sendo que em cada condensadora os compressores deverão ter controle de capacidade proporcional à demanda de carga térmica, com todos os compressores dotados de inversores de frequência para controle de capacidade. Serão instalados na área externa do prédio, do lado oposto à face de maior circulação de pessoas.

A interligação das unidades internas e externas será por meio de tubulação de cobre (tubulação frigorífica espessura 1/16) e suas derivações devem ser selecionadas em conjunto com o fabricante do equipamento adquirido, devendo, sua seleção final para instalação, ser de responsabilidade do instalador.

As linhas frigoríficas (Gás e Líquido) devem ser isoladas em borracha elastomérica (espessura 25mm) separadamente, conforme item específico deste memorial. Deverão ser observadas na instalação todas as recomendações do fabricante dos equipamentos.

Junto aos equipamentos deverão ser previstos pontos de força, ponto de dreno. As condensadoras serão instaladas sobre amortecedores de vibração, a fim de evitar as vibrações nos elementos estruturais ou suporte específico para comportar o mesmo em altura.

Todo o trabalho deverá ser executado por mão de obra devidamente treinada e credenciada pelo fabricante da marca adquirida.

Os sistemas de ar condicionado estão distribuídos da seguinte maneira:

SISTEMA 01 – Setor Oncologia (Rua Peri, 361 - Santa Paula, São Caetano do Sul - SP, 09540-290)

ITEM	QTD	TIPO	MODELO	CAPACIDADE	TECNOLOGIA
01	04	SPLIT SYSTEM	HY WALL	9.000	INVERTER
02	02	SPLIT SYSTEM	HY WALL	12.000	INVERTER
03	01	SPLIT SYSTEM	PISO/TETO	36.000	INVERTER
04	03	SPLIT SYSTEM	PISO/TETO	48.000	INVERTER

SISTEMA 02 – CISE Mauá (Interno - R. da Eternidade, 13 - Mauá, São Caetano do Sul - SP, 09520-410)

ITEM	QTD	TIPO	MODELO	CAPACIDADE	TECNOLOGIA
01	01	SPLIT SYSTEM	HY WALL	9.000	INVERTER
02	01	SPLIT SYSTEM	HY WALL	18.000	INVERTER
03	02	SPLIT SYSTEM	PISO/TETO	36.000	INVERTER

SISTEMA 03 – CISE Mauá (R. da Eternidade, 13 - Mauá, São Caetano do Sul - SP, 09520-410)

ITEM	QTD	TIPO	MODELO	CAPACIDADE	TECNOLOGIA
01	03	SPLIT SYSTEM	HY WALL	9.000	INVERTER
02	02	SPLIT SYSTEM	HY WALL	12.000	INVERTER

SISTEMA 04 – UBS VANDA (Piso Inferior - R. Vanda, 11 - Boa Vista, São Caetano do Sul - SP, 09572-080)

ITEM	QTD	TIPO	MODELO	CAPACIDADE	TECNOLOGIA
01	02	SPLIT SYSTEM	HY WALL	12.000	INVERTER

02	02	SPLIT SYSTEM	HY WALL	18.000	INVERTER
03	02	SPLIT SYSTEM	HY WALL	24.000	INVERTER
04	01	SPLIT SYSTEM	HY WALL	30.000	INVERTER

SISTEMA 05 – UBS VANDA (Piso Superior - R. Vanda, 11 - Boa Vista, São Caetano do Sul - SP, 09572-080)

ITEM	QTD	TIPO	MODELO	CAPACIDADE	TECNOLOGIA
01	09	SPLIT SYSTEM	HY WALL	9.000	INVERTER
02	07	SPLIT SYSTEM	HY WALL	12.000	INVERTER
03	02	SPLIT SYSTEM	PISO/TETO	48.000	INVERTER

3.3.2 TUBULAÇÕES FRIGORÍFICAS

Tubulação frigorífica (linha de líquido e sucção), será executado em material de cobre, espessura da parede \varnothing 1/16" (1,58mm), com isolamento em borracha elastomérica de 25mm.

Tubulações instaladas ao tempo deverão ser rechapeadas para proteção mecânica em alumínio liso esp. 0,5mm

A linha frigorífica será com refrigerante ecológico (R-410 A).

Todas as unidades evaporadoras possuirão conjunto de válvulas de serviço GBC c/ porta de acesso schraeder para cada equipamento, afim de, verificar pressão na linha e manutenção quando necessário.

3.3.3 SUPORTES E FIXAÇÃO

Toda a tubulação frigorífica deverá ser suportada em perfis de ferro devidamente tratados e pintados, apoiadas em suporte ferro cantoneira, sendo os pontos de apoio da tubulação com suporte com isolante térmico específico para evitar o esmagamento do isolamento térmico, exemplo armafix referencia armacel, sendo todos os suportes fixados em laje.

4 CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

4.1 ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

4.1.1 SISTEMA EXPANSÃO DIRETA

Dados principais:

O sistema opera com fluxo de refrigerante variável, proporcional à demanda de carga térmica, utilizando gás refrigerante ecológico (R-410 A).

Os condensadores serão modulares, sendo que em cada condensadora os compressores deverão ter controle de capacidade proporcional à demanda de carga térmica, com todos os compressores dotados de inversores de frequência para controle de capacidade. Serão interligados por uma tubulação de cobre.

As unidades internas utilizadas serão modelos HYWALL e PISO/TETO, conforme projeto.

A tubulação frigorífica e suas derivações devem ser selecionadas em conjunto com o fabricante do equipamento adquirido, devendo ser de responsabilidade do instalador sua seleção. As dimensões apresentadas no desenho são de um fabricante de referência e não devem ser consideradas para outros fabricantes.

As linhas frigoríficas (Gás e Líquido) devem ser isoladas separadamente.

Deverão ser previstos pontos de força junto à unidade condensadora e às evaporadoras e ponto de dreno junto as unidade evaporadoras.

4.1.2 EVAPORADORAS TIPOS HYWALL E PISO-TETO

Definição:

Aparelho projetado para proporcionar condições de conforto térmico a um ambiente fechado. Compõe-se de um sistema de refrigeração com condensação a ar, dotado de elementos que executam a circulação e limpeza do ar. Podem ser do tipo monobloco ou modular, sendo concebidos para instalação aparente, sem dutos.

Gabinete/Chassis

Em plástico de engenharia de alta resistência. Serão dotados de meios para escoamento ou remoção automática de condensado. Deverão possuir aletas para direcionamento do ar de insuflamento.

Serpentinas Evaporadoras

Cada serpentina deverá ser testada em fábrica contra vazamentos a uma pressão de 24 Bar (350 psi).

Evaporadoras: Tubos de cobre sem costura, mecanicamente expandidos contra aletas de alumínio.

Dispositivo de expansão

Trabalhará com válvula de expansão automática.

Filtros de ar

Fixos, planos, com meio filtrante viscoso ou seco, constituídos de Nylon, fibras sintéticas, fibras de vidro, celulose ou feltros. Eficiência mínima de 60%, gravimétrico, conforme norma ASHRAE 52 “Gravimétrico”, classificação G4.

Módulo de Operação e controle - Unidades Tipo hywall e Piso-Teto;

Totalmente eletrônico acionado por controle remoto individual com fio e visor em LCD, com as seguintes funções principais, todas manuais e programáveis:

- Liga/desliga (manual ou via programação horário-diária);
- Ajuste da faixa de temperatura;
- Reajuste automático de temperatura;
- Autoajuste do fluxo de ar;
- Direção do fluxo de ar individualizada;
- Seleção do modo ventilação/refrigeração;
- Seleção da velocidade do ar.

Alimentação Elétrica

220 V / 60 Hz / Monofásico.

4.2 TUBULAÇÕES FRIGORÍFICAS

As tubulações frigoríficas dos ambientes internos serão isoladas termicamente com borracha elastomérica. A condutividade térmica deverá ser $\sim 0,035W/(m \cdot K)$ e o fator de resistência deverá ser $\mu \geq 7.000$. Conforme projeto básico de ar condicionado.

Será de fabricação Armacell ou Similar.

As tubulações frigoríficas dos ambientes externos serão isoladas termicamente com borracha elastomérica e deverá possuir proteção mecânica em alumínio liso espessura 0,5mm.

As tubulações de cobre deverão ser isoladas com espuma elastomérica de células fechadas com espessura de 25,0 mm e comportamento ao fogo categoria M-1 (não

propagante de chama) conforme norma UNE 23727 categoria B-1 DIN 4102, e não deve conter CFC. O isolamento deverá ser colado com adesivo apropriado recomendado pelo fabricante e conforme as orientações do mesmo. Referência: Modelo Armaflex AF, da Armacell ou similar.

As tubulações deverão ser soldadas com solda foscooper com baixo teor de prata. A solda deverá ser feita com pequeno fluxo de nitrogênio para evitar a formação de produtos de queima se expostos ao oxigênio do ar.

Depois de soldadas as linhas de cobre e conectadas todas as válvulas e uniões será procedido o teste de pressão com o gás nitrogênio na pressão de 600 PSI, utilizando-se um manômetro de alta confiabilidade. Neste momento será medida e anotada a temperatura ambiente. Após 24 horas deverá ser novamente lida a pressão. Se não houver alteração da pressão, o sistema deverá ser deixado em espera por mais 24 horas e conferido novamente.

No caso de alteração da pressão deverá ser realizada a localização do vazamento – especialmente buscando-se falhas em curvas, derivações, conexões, soldas, etc. Deverá ser realizado novamente o teste de pressão até que a pressão de teste não se altere por 48 horas ininterruptas (salvo às diferenças de pressão causadas pela variação de temperatura entre um dia e outro).

Depois de concluídas, testadas e isoladas, deverá se proceder a evacuação do sistema, empregando-se bombas de vácuo de no mínimo 10 cm, de duplo estágio.

A evacuação deverá ser medida com vacuômetro eletrônico que tenha precisão de leitura mínima de 500 μ mHg.

A evacuação será realizada em três etapas, entre cada etapa o vácuo será quebrado com o refrigerante. A evacuação deverá ser realizada conectando-se a bomba de vácuo junto à unidade condensadora - a qual já vem com carga de gás refrigerante. Para monitorar o vácuo deverá ser instalado um vacuômetro eletrônico na canalização mais afastada do sistema. A evacuação deve ser procedida até o vacuômetro atingir no mínimo a pressão de 500 μ mHg.

4.3 AMORTECEDORES DE VIBRAÇÃO

Os amortecedores de vibração são isoladores de vibração, com elementos flexíveis que tem como finalidade garantir que os equipamentos não incomodem os ambientes servidos através do ruído transmitido pela estrutura e evitam vibrações para rede de dutos e possíveis danos à mesma. Poderá ser utilizado o modelo BAT referencia

VibraStop ou similar para apoio dos exaustores e renovação de ar, para os condensadores VRF poderá ser usado calço de borracha do tipo neopreme.

5 CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E GARANTIAS.

5.1 FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSTALAÇÃO

Todos os materiais e equipamentos necessários para o perfeito funcionamento dos sistemas é escopo da contratada (instaladora do sistema de HVAC). Basicamente, a contratada deverá fornecer e instalar:

- Evaporadoras e Condensadoras (sistema split individual inverter)
- Todos os materiais e mão de obra necessários para a Infraestrutura e Interligações elétricas de força e comando para todos os sistemas
- Tubulações frigoríficas (para Split System);
- Controles remotos sem fio;
- Rede de drenagem;

Obs: Caso seja necessário o instalador deverá fornecer bomba de dreno.

- Suportes, amortecedores e demais acessórios.

5.2 SERVIÇOS COMPLEMENTARES À CARGO DA INSTALADORA

- Proceder ao fornecimento completo, incluindo materiais, mão de obra e supervisão para fabricação, montagem, instalação, testes e regulagem de todo o sistema de ar condicionado, devendo com isto responsabilizar-se inteiramente pela execução;
- Quaisquer alterações no projeto de ar condicionado somente serão aprovadas pela engenharia da Contratante, e deverão ser justificadas formalmente o motivo técnico para essa solicitação;
- Executar a montagem de todos os componentes da instalação devendo utilizar para isto, mão de obra de pessoal especializado, sob responsabilidade de engenheiro credenciado;
- Fornecer os materiais e equipamentos, sem uso prévio, isentos de defeitos, dentro das condições estabelecidas no presente, bem como atendendo as necessidades de adequar-se à boa técnica recomendada, visando à execução das instalações nos melhores padrões de qualidade e desempenho;

- O instalador deverá fornecer manutenção da instalação por um período de 12 (doze) meses, incluindo possíveis regulagens, calibração e monitoramento do sistema, conforme necessidade;
- O instalador deverá fornecer ART da instalação/execução;
- Colocar a instalação em operação, efetuando ajustes e regulagens necessárias;
- Efetuar testes e medições finais, apresentando relatório para apreciação e aprovação do engenheiro fiscal, para efeito de entrega da instalação;
- Efetuar limpeza final da instalação, inclusive retoques de pintura, onde a mesma tenha sido danificada;
- Elaborar e entregar ao cliente um jogo de desenhos atualizados da instalação (as built), com todas as modificações eventualmente introduzidas durante a execução, sendo fornecido um jogo de desenhos atualizados ("as built") em papel sulfite gramatura 75, e arquivo digitalizado (mínimo Autocad R14).
- Elaborar e entregar ao cliente, manuais de operação e manutenção da instalação, termo de garantia, complementados com catálogos e folhetos técnicos dos equipamentos, sendo 3 jogos de manuais de instruções de operação e manutenção reunidas em volume de capa dura, contendo todas as informações de operação, manutenção, lubrificação, ajustes listas de peças de reposição, curvas, catálogos, etc;
- A instaladora deverá responsabilizar-se por todas as despesas com leis sociais, impostos federais, estaduais, municipais e seguro contra acidentes de seus funcionários dentro da obra.
- Espaço adequado e coberto, para instalação de oficina bem como local reservado para guarda dos materiais e ferramentas. Mobilização e desmobilização c/ Containers (materiais, água potável, EPI's, equipamentos, telefone e etc)
- Andaimés e energia elétrica para equipamentos/ferramental de trabalho;

Os manuais deverão conter basicamente as seguintes seções:

- Descrição do sistema.
- Instruções de operação.
- Requisitos de manutenção e lubrificação de todos os equipamentos, controles e ajustes.

- Lista qualitativa e quantitativa de peças de reposição para um período de operação mínimo de 2 anos.
- Curvas de desempenho dos equipamentos.
- Catálogos do fabricante.
- Certificado de garantia da instalação fornecido pela própria instaladora e certificado de garantia dos equipamentos instalados.

5.3 MONTAGEM E TESTES DA INSTALAÇÃO

Todos os equipamentos, componentes e materiais, devem ser entregues na obra dentro dos prazos fixados em cronograma a ser definido.

Providenciar todos os serviços necessários aos transportes dos equipamentos dentro e fora da obra.

Todos os equipamentos e componentes, durante a sua montagem, deverão ser manuseados com a devida proteção e limpeza para garantir as condições especificadas.

A instaladora deverá proteger contra danos todos os materiais e equipamentos durante a estocagem.

Quaisquer diferenças de medidas encontradas durante a execução, para que seja possível a continuidade dos serviços, a instaladora deverá comunicar-se imediatamente com a fiscalização.

Após a conclusão da montagem, deverá ser feita uma limpeza geral na obra, inclusive o canteiro, bem como proceder aos retoques adicionais que se fizerem necessários.

A instaladora deverá ter toda a instrumentação requerida para testes, com a devida calibração, para que a instalação possa ser testada e balanceada adequando-a as condições do projeto.

Para a partida da instalação, o interior de todos os dutos, carcaças de ventiladores e demais componentes, deverão estar rigorosamente limpos, devidamente lubrificados e prontos para operar.

Todos os testes deverão ser feitos antes da ocupação das áreas correspondentes pelo pessoal do cliente, a menos que autorizados em contrário.

Deverão ser feitos, no mínimo:

- Medições das correntes de motores e a voltagem da rede de alimentação.

- Simulação de operação dos controles.
- Medição de temperatura, dentro dos ambientes.
- As medições serão efetuadas com a presença do engenheiro fiscal designado pelo cliente e os resultados serão apresentados tabulados em relatório, em papel formato A-4, para a apreciação e aprovação do engenheiro fiscal.

5.4 FISCALIZAÇÃO

A instaladora se submeterá à inspeção e aprovação por parte da fiscalização designada pelo cliente, obedecendo às normas e critérios estabelecidos.

A aprovação, por parte da fiscalização, não eximirá a instaladora da sua responsabilidade quanto aos resultados da instalação, conforme especificado.

Todos os serviços não aprovados pela fiscalização deverão ser refeitos pela instaladora e a seu cargo, sem prejuízo do andamento da obra nos prazos estabelecidos.

5.5 ENTREGA DA INSTALAÇÃO

A instaladora deverá entregar a instalação montada, testada, regulada e limpa, ao cliente.

5.6 TRANSPORTE

A instaladora será responsável pela descarga e transporte de pessoal, materiais e equipamentos até local da instalação, inclusive o transporte vertical e horizontal interno a obra.

5.7 TAB E COMISSIONAMENTO

A contratada será responsável por todo o TAB (testes de ajuste e balanceamento) e comissionamento. Os principais testes a serem realizados são:

- Teste de estanqueidade de tubulações de refrigeração.
- Start-up dos equipamentos.
- Testes de temperatura.

5.8 CERTIFICADOS DE CALIBRAÇÃO

A contratada deverá providenciar a calibração de todos os instrumentos. Os instrumentos deverão possuir etiqueta indicando seu tag, data da calibração e validade. Os certificados farão parte do databook.

5.9 GARANTIA E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deverá ser dada garantia de um ano, no mínimo, a contar da data de entrega da instalação em funcionamento, contra quaisquer defeitos de qualidade, fabricação ou montagem, exceto aqueles que se verificarem por não obediência às recomendações estabelecidas pelo fabricante.

Ao término da instalação, deverão ser fornecidos ao cliente todos os certificados de garantia dos equipamentos instalados, devidamente preenchidos.

Qualquer dúvida a respeito dos materiais ou procedimentos deverá ser esclarecida junto à fiscalização.

Todos os materiais utilizados na obra deverão ser mantidos em local apropriado visando à conservação dos mesmos.

O canteiro de obras deverá ser mantido permanentemente isolado e devidamente sinalizado, a fim de evitar o acesso de pessoas estranhas ao local, com o intuito de evitar acidentes e/ou danos a pessoas ou à obra.

Será de inteira responsabilidade do instalador o uso de equipamento de segurança por parte de seus funcionários (EPI E EPC).

Os materiais e serviços ficarão sujeitos à fiscalização da contratante, que poderá a qualquer tempo rejeitá-los, se os julgar de qualidade inferior, bem como exigir atestado de qualidade dos mesmos, ficando os custos por conta do instalador.

Todos os serviços e estruturas complementares que se façam necessários para a perfeita execução da obra, ficarão a cargo do instalador. Qualquer alteração que se julgar necessária deverá ser consultada previamente a fiscalização, necessitando para tanto a autorização da mesma por escrito.

6. DO PRAZO

O prazo para a execução dos serviços é de 30 (trinta) dias.

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0269/2024

Processo nº 0269/2024

EMENTA: Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de aquisição e instalação de equipamentos de ar-condicionado para unidades de saúde de São Caetano do Sul

CONTRATADA:

Por este instrumento contratual, as partes, de um lado a **FUNDAÇÃO DO ABC – COMPLEXO DE SAÚDE DE SÃO CAETANO DO SUL**, inscrito no CNPJ-MF nº. 57.571.275/0014-17, estabelecido à Rua do Níquel, 251 – Bairro Prosperidade – São Caetano do Sul/SP, neste ato representada por seu Diretor Geral Interino, ESTEVAM UGOLINI DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador do RG nº XXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXXXXX, doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa XXXXXXXXXX, com sede a XXXXXXXXXXXXXXXX inscrita no CNPJ-MF sob o nº XXXXXXXXXXXXX, representada neste ato por XXXXXXXXXXXXX, portadora do RG/UF nº XXXXXXXXXXXXX e do CPF/MF nº XXXXXXXXXXXXX doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo nº 0269/2024, tem como justo e acordado o que segue:

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de aquisição e instalação de equipamentos de ar-condicionado para unidades de saúde de São Caetano do Sul.

2. DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO

2.1. Setor Oncologia (Rua Peri, 361 - Santa Paula, São Caetano do Sul - SP, 09540-290)

2.2. CISE Mauá (R. da Eternidade, 13 - Mauá, São Caetano do Sul - SP, 09520-410)

2.3. UBS VANDA (R. Vanda, 11 - Boa Vista, São Caetano do Sul - SP, 09572-080)

3. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Trata-se de uma instalação nova, projetada para conforto térmico, garantindo controle de temperatura, proporcionando assim a salubridade necessária aos usuários e equipamentos.

3.1. AR CONDICIONADO (EXPANSÃO DIRETA)

O sistema de ar condicionado será de expansão direta, tipo SPLIT SYSTEM, no qual cada unidade interna será conectada a uma unidade externa (condensadora), formando assim o seu conjunto.

O sistema opera com fluxo de refrigerante variável, proporcional à demanda de carga térmica, reduzindo o consumo de energia em até 25%, utilizando refrigerante ecológico R-410-A que não agride a camada de Ozônio.

Os condensadores serão modulares, sendo que em cada condensadora os compressores deverão ter controle de capacidade proporcional à demanda de carga térmica, com todos os compressores dotados de inversores de frequência para controle de capacidade. Serão instalados na área externa do prédio, do lado oposto à face de maior circulação de pessoas.

A interligação das unidades internas e externas será por meio de tubulação de cobre (tubulação frigorífica espessura 1/16) e suas derivações devem ser selecionadas em conjunto com o fabricante do equipamento adquirido, devendo, sua seleção final para instalação, ser de responsabilidade do instalador.

As linhas frigoríficas (Gás e Líquido) devem ser isoladas em borracha elastomérica (espessura 25mm) separadamente, conforme item específico deste memorial. Deverão ser observadas na instalação todas as recomendações do fabricante dos equipamentos.

Junto aos equipamentos deverão ser previstos pontos de força, ponto de dreno. As condensadoras serão instaladas sobre amortecedores de vibração, a fim de evitar as vibrações nos elementos estruturais ou suporte específico para comportar o mesmo em altura.

Todo o trabalho deverá ser executado por mão de obra devidamente treinada e credenciada pelo fabricante da marca adquirida.

Os sistemas de ar condicionado estão distribuídos da seguinte maneira:

SISTEMA 01 – Setor Oncologia (Rua Peri, 361 - Santa Paula, São Caetano do Sul - SP, 09540-290)

ITEM	QTD	TIPO	MODELO	CAPACIDADE	TECNOLOGIA
01	04	SPLIT SYSTEM	HY WALL	9.000	INVERTER
02	02	SPLIT SYSTEM	HY WALL	12.000	INVERTER
03	01	SPLIT SYSTEM	PISO/TETO	36.000	INVERTER
04	03	SPLIT SYSTEM	PISO/TETO	48.000	INVERTER

SISTEMA 02 – CISE Mauá (Interno - R. da Eternidade, 13 - Mauá, São Caetano do Sul - SP, 09520-410)

ITEM	QTD	TIPO	MODELO	CAPACIDADE	TECNOLOGIA
01	01	SPLIT SYSTEM	HY WALL	9.000	INVERTER
02	01	SPLIT SYSTEM	HY WALL	18.000	INVERTER
03	02	SPLIT SYSTEM	PISO/TETO	36.000	INVERTER

SISTEMA 03 – CISE Mauá (R. da Eternidade, 13 - Mauá, São Caetano do Sul - SP, 09520-410)

ITEM	QTD	TIPO	MODELO	CAPACIDADE	TECNOLOGIA
01	03	SPLIT SYSTEM	HY WALL	9.000	INVERTER
02	02	SPLIT SYSTEM	HY WALL	12.000	INVERTER

SISTEMA 04 – UBS VANDA (Piso Inferior - R. Vanda, 11 - Boa Vista, São Caetano do Sul - SP, 09572-080)

ITEM	QTD	TIPO	MODELO	CAPACIDADE	TECNOLOGIA
01	02	SPLIT SYSTEM	HY WALL	12.000	INVERTER

02	02	SPLIT SYSTEM	HY WALL	18.000	INVERTER
03	02	SPLIT SYSTEM	HY WALL	24.000	INVERTER
04	01	SPLIT SYSTEM	HY WALL	30.000	INVERTER

SISTEMA 05 – UBS VANDA (Piso Superior - R. Vanda, 11 - Boa Vista, São Caetano do Sul - SP, 09572-080)

ITEM	QTD	TIPO	MODELO	CAPACIDADE	TECNOLOGIA
01	09	SPLIT SYSTEM	HY WALL	9.000	INVERTER
02	07	SPLIT SYSTEM	HY WALL	12.000	INVERTER
03	02	SPLIT SYSTEM	PISO/TETO	48.000	INVERTER

3.1.1. TUBULAÇÕES FRIGORÍFICAS

Tubulação frigorífica (linha de líquido e sucção), será executado em material de cobre, espessura da parede \varnothing 1/16" (1,58mm), com isolamento em borracha elastomérica de 25mm.

Tubulações instaladas ao tempo deverão ser rechapeadas para proteção mecânica em alumínio liso esp. 0,5mm

A linha frigorífica será com refrigerante ecológico (R-410 A).

Todas as unidades evaporadoras possuirão conjunto de válvulas de serviço GBC c/ porta de acesso schraeder para cada equipamento, afim de, verificar pressão na linha e manutenção quando necessário.

3.1.2. SUPORTES E FIXAÇÃO

Toda a tubulação frigorífica deverá ser suportada em perfis de ferro devidamente tratados e pintados, apoiadas em suporte ferro cantoneira, sendo os pontos de apoio da tubulação com suporte com isolante térmico específico para evitar o esmagamento do isolamento térmico, exemplo armafix referencia armacel, sendo todos os suportes fixados em laje.

4. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

4.1. ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

4.1.1. SISTEMA EXPANSÃO DIRETA

Dados principais:

O sistema opera com fluxo de refrigerante variável, proporcional à demanda de carga térmica, utilizando gás refrigerante ecológico (R-410 A).

Os condensadores serão modulares, sendo que em cada condensadora os compressores deverão ter controle de capacidade proporcional à demanda de carga térmica, com todos os compressores dotados de inversores de frequência para controle de capacidade. Serão interligados por uma tubulação de cobre.

As unidades internas utilizadas serão modelos HYWALL e PISO/TETO, conforme projeto.

A tubulação frigorífica e suas derivações devem ser selecionadas em conjunto com o fabricante do equipamento adquirido, devendo ser de responsabilidade do instalador sua seleção. As dimensões apresentadas no desenho são de um fabricante de referência e não devem ser consideradas para outros fabricantes. As linhas frigoríficas (Gás e Líquido) devem ser isoladas separadamente.

Deverão ser previstos pontos de força junto à unidade condensadora e às evaporadoras e ponto de dreno junto as unidade evaporadoras.

4.1.2. EVAPORADORAS TIPOS HYWALL E PISO-TETO

Definição:

Aparelho projetado para proporcionar condições de conforto térmico a um ambiente fechado. Compõe-se de um sistema de refrigeração com condensação a ar, dotado de elementos que executam a circulação e limpeza do ar. Podem ser do tipo monobloco ou modular, sendo concebidos para instalação aparente, sem dutos.

Gabinete/Chassis

Em plástico de engenharia de alta resistência. Serão dotados de meios para escoamento ou remoção automática de condensado. Deverão possuir aletas para direcionamento do ar de insuflamento.

Serpentinas Evaporadoras

Cada serpentina deverá ser testada em fábrica contra vazamentos a uma pressão de 24 Bar (350 psi).

Evaporadoras: Tubos de cobre sem costura, mecanicamente expandidos contra aletas de alumínio.

Dispositivo de expansão

Trabalhará com válvula de expansão automática.

Filtros de ar

Fixos, planos, com meio filtrante viscoso ou seco, constituídos de Nylon, fibras sintéticas, fibras de vidro, celulose ou feltros. Eficiência mínima de 60%, gravimétrico, conforme norma ASHRAE 52 “Gravimétrico”, classificação G4.

Módulo de Operação e controle - Unidades Tipo hywall e Piso-Teto;

Totalmente eletrônico acionado por controle remoto individual com fio e visor em LCD, com as seguintes funções principais, todas manuais e programáveis:

- Liga/desliga (manual ou via programação horário-diária);
- Ajuste da faixa de temperatura;
- Reajuste automático de temperatura;
- Autoajuste do fluxo de ar;
- Direção do fluxo de ar individualizada;
- Seleção do modo ventilação/refrigeração;
- Seleção da velocidade do ar.

Alimentação Elétrica

220 V / 60 Hz / Monofásico.

4.2. TUBULAÇÕES FRIGORÍFICAS

As tubulações frigoríficas dos ambientes internos serão isoladas termicamente com borracha elastomérica. A condutividade térmica deverá ser $\sim 0,035W/(m \cdot K)$ e o fator de resistência deverá ser $\mu \geq 7.000$. Conforme projeto básico de ar condicionado.

Será de fabricação Armacell ou Similar.

As tubulações frigoríficas dos ambientes externos serão isoladas termicamente com borracha elastomérica e deverá possuir proteção mecânica em alumínio liso espessura 0,5mm.

As tubulações de cobre deverão ser isoladas com espuma elastomérica de células fechadas com espessura de 25,0 mm e comportamento ao fogo categoria M-1 (não propagante de chama) conforme norma UNE 23727 categoria B-1 DIN 4102, e não deve conter CFC. O isolamento deverá ser colado com adesivo apropriado recomendado

pelo fabricante e conforme as orientações do mesmo. Referência: Modelo Armaflex AF, da Armacell ou similar.

As tubulações deverão ser soldadas com solda foscooper com baixo teor de prata. A solda deverá ser feita com pequeno fluxo de nitrogênio para evitar a formação de produtos de queima se expostos ao oxigênio do ar.

Depois de soldadas as linhas de cobre e conectadas todas as válvulas e uniões será procedido o teste de pressão com o gás nitrogênio na pressão de 600 PSI, utilizando-se um manômetro de alta confiabilidade. Neste momento será medida e anotada a temperatura ambiente. Após 24 horas deverá ser novamente lida a pressão. Se não houver alteração da pressão, o sistema deverá ser deixado em espera por mais 24 horas e conferido novamente.

No caso de alteração da pressão deverá ser realizada a localização do vazamento – especialmente buscando-se falhas em curvas, derivações, conexões, soldas, etc. Deverá ser realizado novamente o teste de pressão até que a pressão de teste não se altere por 48 horas ininterruptas (salvo às diferenças de pressão causadas pela variação de temperatura entre um dia e outro).

Depois de concluídas, testadas e isoladas, deverá se proceder a evacuação do sistema, empregando-se bombas de vácuo de no mínimo 10 cm, de duplo estágio.

A evacuação deverá ser medida com vacuômetro eletrônico que tenha precisão de leitura mínima de 500 μ mHg.

A evacuação será realizada em três etapas, entre cada etapa o vácuo será quebrado com o refrigerante. A evacuação deverá ser realizada conectando-se a bomba de vácuo junto à unidade condensadora - a qual já vem com carga de gás refrigerante. Para monitorar o vácuo deverá ser instalado um vacuômetro eletrônico na canalização mais afastada do sistema. A evacuação deve ser procedida até o vacuômetro atingir no mínimo a pressão de 500 μ mHg.

4.3. AMORTECEDORES DE VIBRAÇÃO

Os amortecedores de vibração são isoladores de vibração, com elementos flexíveis que tem como finalidade garantir que os equipamentos não incomodem os ambientes servidos através do ruído transmitido pela estrutura e evitam vibrações para rede de dutos e possíveis danos à mesma. Poderá ser utilizado o modelo BAT referencia VibraStop ou similar para apoio dos exaustores e renovação de ar, para os condensadores VRF poderá ser usado calço de borracha do tipo neopreme.

5. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E GARANTIAS.

5.1. FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSTALAÇÃO

Todos os materiais e equipamentos necessários para o perfeito funcionamento dos sistemas é escopo da contratada (instaladora do sistema de HVAC). Basicamente, a contratada deverá fornecer e instalar:

- Evaporadoras e Condensadoras (sistema split individual inverter)
- Todos os materiais e mão de obra necessários para a Infraestrutura e Interligações elétricas de força e comando para todos os sistemas
- Tubulações frigoríficas (para Split System);
- Controles remotos sem fio;
- Rede de drenagem;

Obs: Caso seja necessário o instalador deverá fornecer bomba de dreno.

- Suportes, amortecedores e demais acessórios.

5.2. SERVIÇOS COMPLEMENTARES À CARGO DA INSTALADORA

- Proceder ao fornecimento completo, incluindo materiais, mão de obra e supervisão para fabricação, montagem, instalação, testes e regulagem de todo o sistema de ar condicionado, devendo com isto responsabilizar-se inteiramente pela execução;
- Quaisquer alterações no projeto de ar condicionado somente serão aprovadas pela engenharia da Contratante, e deverão ser justificadas formalmente o motivo técnico para essa solicitação;
- Executar a montagem de todos os componentes da instalação devendo utilizar para isto, mão de obra de pessoal especializado, sob responsabilidade de engenheiro credenciado;
- Fornecer os materiais e equipamentos, sem uso prévio, isentos de defeitos, dentro das condições estabelecidas no presente, bem como atendendo as necessidades de adequar-se à boa técnica recomendada, visando à execução das instalações nos melhores padrões de qualidade e desempenho;

- O instalador deverá fornecer manutenção da instalação por um período de 12 (doze) meses, incluindo possíveis regulagens, calibração e monitoramento do sistema, conforme necessidade;
- O instalador deverá fornecer ART da instalação/execução;
- Colocar a instalação em operação, efetuando ajustes e regulagens necessárias;
- Efetuar testes e medições finais, apresentando relatório para apreciação e aprovação do engenheiro fiscal, para efeito de entrega da instalação;
- Efetuar limpeza final da instalação, inclusive retoques de pintura, onde a mesma tenha sido danificada;
- Elaborar e entregar ao cliente um jogo de desenhos atualizados da instalação (as built), com todas as modificações eventualmente introduzidas durante a execução, sendo fornecido um jogo de desenhos atualizados ("as built") em papel sulfite gramatura 75, e arquivo digitalizado (mínimo Autocad R14).
- Elaborar e entregar ao cliente, manuais de operação e manutenção da instalação, termo de garantia, complementados com catálogos e folhetos técnicos dos equipamentos, sendo 3 jogos de manuais de instruções de operação e manutenção reunidas em volume de capa dura, contendo todas as informações de operação, manutenção, lubrificação, ajustes listas de peças de reposição, curvas, catálogos, etc;
- A instaladora deverá responsabilizar-se por todas as despesas com leis sociais, impostos federais, estaduais, municipais e seguro contra acidentes de seus funcionários dentro da obra.
- Espaço adequado e coberto, para instalação de oficina bem como local reservado para guarda dos materiais e ferramentas. Mobilização e desmobilização c/ Containers (materiais, água potável, EPI's, equipamentos, telefone e etc)
- Andaimos e energia elétrica para equipamentos/ferramental de trabalho;

Os manuais deverão conter basicamente as seguintes seções:

- Descrição do sistema.
- Instruções de operação.
- Requisitos de manutenção e lubrificação de todos os equipamentos, controles e ajustes.

- Lista qualitativa e quantitativa de peças de reposição para um período de operação mínimo de 2 anos.
- Curvas de desempenho dos equipamentos.
- Catálogos do fabricante.
- Certificado de garantia da instalação fornecido pela própria instaladora e certificado de garantia dos equipamentos instalados.

5.3. MONTAGEM E TESTES DA INSTALAÇÃO

Todos os equipamentos, componentes e materiais, devem ser entregues na obra dentro dos prazos fixados em cronograma a ser definido.

Providenciar todos os serviços necessários aos transportes dos equipamentos dentro e fora da obra.

Todos os equipamentos e componentes, durante a sua montagem, deverão ser manuseados com a devida proteção e limpeza para garantir as condições especificadas.

A instaladora deverá proteger contra danos todos os materiais e equipamentos durante a estocagem.

Quaisquer diferenças de medidas encontradas durante a execução, para que seja possível a continuidade dos serviços, a instaladora deverá comunicar-se imediatamente com a fiscalização.

Após a conclusão da montagem, deverá ser feita uma limpeza geral na obra, inclusive o canteiro, bem como proceder aos retoques adicionais que se fizerem necessários.

A instaladora deverá ter toda a instrumentação requerida para testes, com a devida calibração, para que a instalação possa ser testada e balanceada adequando-a as condições do projeto.

Para a partida da instalação, o interior de todos os dutos, carcaças de ventiladores e demais componentes, deverão estar rigorosamente limpos, devidamente lubrificados e prontos para operar.

Todos os testes deverão ser feitos antes da ocupação das áreas correspondentes pelo pessoal do cliente, a menos que autorizados em contrário.

Deverão ser feitos, no mínimo:

- Medições das correntes de motores e a voltagem da rede de alimentação.

- Simulação de operação dos controles.
- Medição de temperatura, dentro dos ambientes.
- As medições serão efetuadas com a presença do engenheiro fiscal designado pelo cliente e os resultados serão apresentados tabulados em relatório, em papel formato A-4, para a apreciação e aprovação do engenheiro fiscal.

5.4. FISCALIZAÇÃO

A instaladora se submeterá à inspeção e aprovação por parte da fiscalização designada pelo cliente, obedecendo às normas e critérios estabelecidos.

A aprovação, por parte da fiscalização, não eximirá a instaladora da sua responsabilidade quanto aos resultados da instalação, conforme especificado.

Todos os serviços não aprovados pela fiscalização deverão ser refeitos pela instaladora e a seu cargo, sem prejuízo do andamento da obra nos prazos estabelecidos.

5.5. ENTREGA DA INSTALAÇÃO

A instaladora deverá entregar a instalação montada, testada, regulada e limpa, ao cliente.

5.6. TRANSPORTE

A instaladora será responsável pela descarga e transporte de pessoal, materiais e equipamentos até local da instalação, inclusive o transporte vertical e horizontal interno a obra.

5.7. TAB E COMISSIONAMENTO

A contratada será responsável por todo o TAB (testes de ajuste e balanceamento) e comissionamento. Os principais testes a serem realizados são:

- Teste de estanqueidade de tubulações de refrigeração.
- Start-up dos equipamentos.
- Testes de temperatura.

5.8. CERTIFICADOS DE CALIBRAÇÃO

A contratada deverá providenciar a calibração de todos os instrumentos. Os instrumentos deverão possuir etiqueta indicando seu tag, data da calibração e validade. Os certificados farão parte do databook.

5.9. GARANTIA E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deverá ser dada garantia de um ano, no mínimo, a contar da data de entrega da instalação em funcionamento, contra quaisquer defeitos de qualidade, fabricação ou montagem, exceto aqueles que se verificarem por não obediência às recomendações estabelecidas pelo fabricante.

Ao término da instalação, deverão ser fornecidos ao cliente todos os certificados de garantia dos equipamentos instalados, devidamente preenchidos.

Qualquer dúvida a respeito dos materiais ou procedimentos deverá ser esclarecida junto à fiscalização.

Todos os materiais utilizados na obra deverão ser mantidos em local apropriado visando à conservação dos mesmos.

O canteiro de obras deverá ser mantido permanentemente isolado e devidamente sinalizado, a fim de evitar o acesso de pessoas estranhas ao local, com o intuito de evitar acidentes e/ou danos a pessoas ou à obra.

Será de inteira responsabilidade do instalador o uso de equipamento de segurança por parte de seus funcionários (EPI E EPC).

Os materiais e serviços ficarão sujeitos à fiscalização da contratante, que poderá a qualquer tempo rejeitá-los, se os julgar de qualidade inferior, bem como exigir atestado de qualidade dos mesmos, ficando os custos por conta do instalador.

Todos os serviços e estruturas complementares que se façam necessários para a perfeita execução da obra, ficarão a cargo do instalador. Qualquer alteração que se julgar necessária deverá ser consultada previamente a fiscalização, necessitando para tanto a autorização da mesma por escrito.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Designar um profissional que atuará como seu representante junto a CONTRATANTE, nomeado Responsável Técnico, podendo este ser o próprio representante legal ou funcionário designado para tal atribuição;

6.2. A CONTRATADA deverá iniciar imediatamente os serviços após assinatura contratual;

- 6.3.** A CONTRATADA deverá executar os serviços de acordo com o termo de referência.
- 6.4.** A CONTRATADA deverá se responsabilizar por todos os materiais, elétricos ou não, necessários para a devida execução de cada etapa dos serviços descritos no termo de referência;
- 6.5.** Ao final da instalação, a CONTRATADA deverá entregar um DATABOOK contendo todo o serviço realizado e as ARTs correspondentes;
- 6.6.** A CONTRATADA se obriga a fornecer todas as condições necessárias aos seus empregados para a execução dos serviços; assim como se responsabilizar, com exclusividade, pelo pagamento de quaisquer ônus decorrentes de despesa ou indenizações demandadas por seus empregados, judicial ou administrativamente;
- 6.7.** Retirar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer empregado considerado em conduta inconveniente pela Administração da CONTRATANTE, promovendo a substituição por outro igualmente habilitado;
- 6.8.** Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, com o nível de formação e qualificação necessários para a realização dos serviços;
- 6.9.** Manter, durante a vigência do decorrente Contrato, todas as condições de habilitação exigidas no Edital e seus Anexos.
- 6.10.** Emitir as Notas Fiscais/Faturas com o mesmo CNPJ da proposta/documentos da habilitação, apresentados no certame.
- 6.11.** Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço ou em conexão com eles, que tenha relacionamento ao contrato com a CONTRATANTE.

6.12. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução do contrato;

7.2. Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações deste Instrumento e do contrato;

7.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

7.4. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;

7.5. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor previamente designado o cumprimento das obrigações assumidas pela empresa vencedora, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não devam ser interrompidos;

7.6. Emitir, por intermédio de servidor designado pela Contratante, pareceres sobre os atos relativos à execução do contrato, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da entrega e instalação dos equipamentos, à exigência de condições estabelecidas e à proposta de aplicação de sanções quando for o caso;

7.7. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais, se for o caso;

7.8. A CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar nas Notas Fiscais, os débitos e multas da CONTRATADA previstas no contrato, bem como os valores pagos a terceiros a título de ressarcimento de danos causados pela CONTRATADA;

7.9. A CONTRATANTE deverá, a seu critério, e através de pessoas previamente designadas, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução do contrato;

7.10. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. A CONTRATANTE deverá pagar, à CONTRATADA pela prestação dos serviços efetivamente prestados e atestados, através de medições, exclusivamente através de depósito em conta corrente;

8.2. A CONTRATADA deverá indicar na documentação fiscal o número de sua conta corrente, agência e banco a fim de que possa a CONTRATANTE efetuar o pagamento através de depósito bancário;

8.3. O pagamento dos serviços será realizado em até 20 (vinte) dias após o ateste da nota fiscal que deverá seguir o seguinte trâmite:

8.3.1. A CONTRATADA emitirá relatório de execução até o 10º dia útil do mês subsequente a prestação de serviços contendo todos os equipamentos instalados, apontamentos de eventuais ocorrências e resultados obtidos;

8.3.2. O referido relatório será atestado pelo gestor do contrato previamente indicado pela CONTRATANTE.

8.3.3. Após o citado ateste previsto na cláusula 8.3.2., a CONTRATANTE autorizará a CONTRATADA a emitir nota(s) fiscal(ais) e deverá apresentar as certidões de regularidade fiscal e trabalhista (CND Federal e CND FGTS);

8.3.4. Havendo incongruências no relatório de execução contratual citado na cláusula 8.3.1, a CONTRATANTE terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para notificar a contratada a respeito de eventuais correções ou glosas.

8.4. Corrigida as impropriedades ou aplicadas as glosas, será o tramite regular de pagamento.

8.5. A CONTRATANTE não se responsabiliza pelos custos com insumos, transporte, taxa de manipulação e outros que se fizerem necessários;

8.6. Em nenhuma hipótese serão aceitos títulos via cobrança bancária;

8.7. Dos pagamentos, será retido na fonte, o valor correspondente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, nos termos da legislação específica e demais tributos que recaiam sobre o valor faturado.

8.8. A CONTRATADA, neste ato, declara estar ciente de que os recursos utilizados para o pagamento dos serviços ora contratados serão aqueles repassados pela Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, em razão do Contrato de Gestão nº88/19, firmado entre a CONTRATANTE e a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, para a gestão do Complexo Hospitalar e Unidades de Saúde do Município de São Caetano do Sul.

8.9. Os serviços prestados são decorrentes da celebração de contrato de gestão entre a Fundação do ABC e o poder público, sendo a Unidade de saúde de propriedade do ente público contratante, o recurso para pagamento decorrerá do repasse do ente público contratante e, em razão de atraso dos repasses pelo poder público, a Fundação poderá suspender os pagamentos até que sejam reestabelecidos os repasses.

8.10. A CONTRATANTE compromete-se em pagar o preço irrealizável constante da proposta da CONTRATADA, desde que não ocorram atrasos e/ou paralisação dos repasses pela Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul para a CONTRATANTE, relativo ao custeio do objeto do Contrato de Gestão nº 88/19.

8.11. A única fonte de receita a ser utilizada para pagamento dos serviços é aquela prevista no respectivo contrato de gestão, sendo vedada a utilização de qualquer outra fonte de recurso para pagamento, nos termos da Legislação que regulamenta as Organizações Sociais de Saúde.

8.12. A CONTRATADA deverá encaminhar relatório de execução e posteriormente a nota fiscal, e estas deverão ser emitidas para a Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Caetano do Sul, CNPJ nº 57.571.275/0014-17.

Endereços:

Fatura: Rua do Níquel, 251, Prosperidade, São Caetano do Sul, SP

Cobrança: Rua São Paulo, 1840, 4º Andar, Santa Paula, São Caetano do Sul /SP CEP: 09541-100

8.12.1. A CONTRATADA deverá cadastrar e enviar nota fiscal eletronicamente para nfcontratos@chmscs.org.br.

8.13. A **CONTRATANTE** procederá à retenção tributária referente aos serviços prestados nas alíquotas legalmente devidas, incidentes sobre o valor destacado em nota fiscal.

9. DAS PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a defesa prévia, aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades:

9.2. Multa de 3,0% (três por cento) sobre o valor do contrato, no caso da CONTRATADA executar os serviços por intermédio de terceiros sem a expressa anuência da CONTRATANTE;

9.3. Multa equivalente a 3,0% (três por cento) do montante não executado na inexecução parcial do Contrato;

9.4. Multa equivalente a 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato na inexecução total do mesmo;

9.5. Pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas do Contrato, exceto aquelas cujas sanções são as já estabelecidas, ficará a CONTRATADA sujeita a multa de 1,0% (um por cento) do valor do Contrato e na reincidência, ao dobro, sem prejuízo da responsabilidade

civil e criminal que couber;

9.6. As importâncias correspondentes às multas que forem impostas à CONTRATADA incidirão sempre sobre os valores do Contrato e descontadas do faturamento do mês correspondentes à falta cometida;

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A fiscalização ou acompanhamento da execução deste Contrato, por parte do departamento competente da CONTRATANTE, não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

10.2. A CONTRATADA não terá como sócios, gerentes, diretores ou administradores, os cônjuges, companheiros (as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de funcionários, ocupantes dos cargos de direção, chefia, assessoramento da CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual;

10.3. Deverá a empresa CONTRATADA designar por escrito, no ato do recebimento da Autorização de Serviços/Assinatura Contratual, preposto(s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato.

10.4. A CONTRATADA deverá atender imediatamente às solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições dos materiais fornecidos em desacordo com as especificações contidas na tabela acima, ou que estejam fora do prazo de validade.

10.5. Qualquer irregularidade no fornecimento do material solicitado deverá ser informada imediatamente à CONTRATANTE;

10.6. A CONTRATADA se responsabilizará pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;

10.7. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições que culminaram

em sua habilitação.

11. DA VIGÊNCIA

11.1. O prazo de vigência deste Contrato será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

11.1.1. O prazo contratual poderá ser prorrogado por iguais ou menores períodos e sucessivos, até o limite de 90 (noventa) dias.

11.1.2. O valor permanecerá inalterado durante a vigência do presente Contrato.

12. DA RESCISÃO/RESILIÇÃO

12.1. A CONTRATANTE poderá rescindir motivadamente, independentemente de qualquer notificação, no caso descumprimento do Código de Conduta Ética da Fundação do ABC ou legislação vigente, em especial a Lei Anticorrupção Brasileira, sem prejuízo das demais penalidades previstas.

12.2. Os serviços prestados são decorrentes da celebração de contrato de gestão entre a Fundação do ABC e o poder público, sendo a Unidade de saúde de propriedade do ente público contratante, o recurso para pagamento decorrerá do repasse do ente público contratante e, em razão de atraso dos repasses pelo poder público, a Fundação poderá suspender os pagamentos até que sejam reestabelecidos os repasses.

12.3. A rescisão, por inadimplemento das obrigações prevista no presente Contrato poderá ser declarada unilateralmente pela CONTRATANTE, mediante decisão motivada.

12.4. Dar-se-á automaticamente a rescisão dos contratos decorrentes de obrigações contraídas por meio de Convênios Administrativos ou Contratos de Gestão, no caso de rescisão das respectivas avenças administrativas, sendo que nesta hipótese nenhuma indenização será devida, facultando-se a rescisão unilateral sem aviso prévio.

12.5. O presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade superior.

12.6. Na hipótese de rescisão por inadimplemento, além das sanções cabíveis, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo do serviço não executado, sem prejuízo da retenção de créditos, reposição de importâncias indevidamente recebidas e das perdas e danos que forem apurados.

13. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

13.1. O presente contrato poderá ser alterado, desde que, de forma fundamentada e em consenso, sempre através de termo aditivo.

13.2. As partes poderão realizar acréscimos ou supressões ao objeto do presente contrato desde que previamente acordadas e formalizadas por meio de termo aditivo.

13.2.1. Os acréscimos e supressões poderão ser solicitados pela CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA, em caso de discordância, notificar o interesse no distrato observando o prazo mínimo estipulado neste instrumento.

14. DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

14.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio.

14.1.1. O cessionário fica sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação previamente estabelecidos.

15. DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

15.1. Caso as partes tenham que ingressar em juízo para haver o que lhe for devido, ficarão sujeitas ao pagamento do principal, despesas processuais e honorários conforme determinação judicial arbitrada em sentença.

16. DO VALOR

16.1. Dá-se ao presente Contrato o valor estimado de R\$ XXXXXXXXXXXX, sendo (aqui estará a proposta apresentada pela empresa vencedora)

17. DA EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO

17.1. A CONTRATADA não poderá opor a CONTRATANTE a exceção do Contrato não cumprido como fundamento para a interrupção unilateral do serviço, nos termos de art. 476 do Código Civil.

18. DO FORO DE ELEIÇÃO

18.1. Fica eleito o Foro do município de São Caetano do Sul, para dirimir qualquer dúvida ou litígio decorrente do presente contrato, com expressa renúncia a outro por mais privilegiado que seja.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Fica a CONTRATADA obrigada a manter durante a execução deste Contrato todas as condições de qualificação e habilitação exigidas no respectivo procedimento de Coleta de Preços.

19.2. Considerando a possibilidade de as partes negociarem os termos deste contrato, fica desde já afastada, na presente contratação, a aplicabilidade do artigo 423 do Código Civil vigente.

19.3. Os termos deste Contrato são confidenciais e, salvo disposição legal em contrário, a CONTRATANTE não poderá divulgar esses termos a nenhum terceiro sem o consentimento

por escrito da CONTRATADA.

19.4. A tolerância por qualquer das Partes quanto ao cumprimento das cláusulas e condições contratuais ora firmadas não implicará renúncia, novação, transação ou precedente, devendo ser havida como mera liberalidade.

19.5. Se uma disposição contratual for considerada inválida, ilegal ou inexecutável a qualquer título, tal disposição será considerada em separado e não invalidará as disposições restantes, as quais não serão afetadas por esse fato.

E, por estarem as partes de comum acordo sobre as Cláusulas, termos e condições deste instrumento, firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e conteúdo, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Caetano do Sul, XXXXXXXXXXXXXXXX 2024.

Diretor Geral Interino
FUNDAÇÃO DO ABC – COMPLEXO DE SAÚDE DE SÃO CAETANO DO SUL

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunhas:

1- Nome: _____ CPF: _____ Ass. _____

2- Nome: _____ CPF: _____ Ass. _____

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA
(Papel Timbrado da Empresa - Nome da Empresa – Endereço – CNPJ)

Declaro que tomei ciência do disposto no item 2.7 do Ato Convocatório do Processo n° 0269/2024, referente à Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de aquisição e instalação de equipamentos de ar-condicionado para unidades de saúde de São Caetano do Sul, por um período de 30 (trinta) dias, o qual prevê que a simples participação, implica na aceitação de todas as condições estabelecidas no Ato Convocatório do Processo n° 0269/2024 e seus Anexos.

Declaro ainda estar ciente que todos eventuais questionamentos acerca das condições previstas na minuta de contrato, deverão ser realizados antes do envio da proposta, tendo em vista que após aceite das condições não será permitida qualquer alteração das condições contratuais.

Nome da Empresa CNPJ
Procurador Legal com Nome Legível e Assinatura
Endereço e Telefone

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA - ATO DE CONVOCAÇÃO - 0269/2024

(Papel Timbrado da Empresa - Nome da Empresa – Endereço – E-mail – Telefone - CNPJ)

Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de aquisição e instalação de equipamentos de ar-condicionado para unidades de saúde de São Caetano do Sul;

✓ **VALOR GLOBAL DA PROPOSTA R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX – ESCREVER POR EXTENSO**

ITEM	QTD	MODELO	CAP.	VAL. UNITÁRIO	VAL. TOTAL
1	4	HY WALL	9.000		
2	2	HY WALL	12.000		
3	1	PISO/TETO	36.000		
4	3	PISO/TETO	48.000		
5	1	HY WALL	9.000		
6	1	HY WALL	18.000		
7	2	PISO/TETO	36.000		
8	3	HY WALL	9.000		
9	2	HY WALL	12.000		
10	2	HY WALL	12.000		
11	2	HY WALL	18.000		
12	2	HY WALL	24.000		
13	1	HY WALL	30.000		
14	9	HY WALL	9.000		
15	7	HY WALL	12.000		
16	2	PISO/TETO	48.000		

Todos os equipamentos do tipo SPLIT SYSTEM e tecnologia INVERTER. Todos os custos dos serviços previstos no termo de referência estão inseridos na proposta.

São Caetano do Sul, XX de XXXXXXX de 2024.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO V

A EMPRESA QUE FOR DECLARADA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR ESTE ANEXO PREENCHIDO SOMENTE NO MOMENTO DA ASSINATURA CONTRATUAL.

O Presente Termo de Responsabilidade pelo Tratamento de Dados Pessoais objetiva científicá-los sobre a forma como deverão tratar os dados pessoais aos quais tenham acesso em razão de seu relacionamento com a Fundação do ABC. O presente Termo é parte integrante do instrumento contratual firmado com a instituição.

CONTRATADA/FORNECEDOR: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
RESPONSÁVEL LEGAL: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DO ABC – COMPLEXO DE SAÚDE DE SÃO CAETANO DO SUL

1. DAS DEFINIÇÕES DA LGPD

1.1. Antes de mais nada, é importante que você entenda as definições criadas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) n.º 13.709/2018 reproduzidas neste Termo:

Anonimização: Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meios dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei n.º 13.709/2018 em todo o território nacional; **Controlador:** Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao tratamento de Dados Pessoais;

Dado Anonimizado: Dado relativo ao titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

Dado Pessoal: Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

Dado Pessoal Sensível: Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

Encarregado de Dados (DPO): Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

Pessoa Natural: Também conhecida como pessoa física é o ser humano propriamente dito dotado de capacidade;

Operador: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de Dados Pessoais em nome do controlador;

Titular de Dados: Pessoa natural a quem se referem os Dados Pessoais que são objeto de tratamento; **Tratamento:** Toda operação realizada com Dados Pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização,

acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

Transferência Internacional de Dados: Transferência de Dados Pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;

2. DA COLETA E TRANSFERÊNCIA DE DADOS

2.1. Para a realização de suas atividades regulares, a Fundação do ABC poderá transferir os dados pessoais ao fornecedor ou solicitar que o fornecedor realize a coleta dos dados pessoais dos Titulares de Dados, diretamente destes ou por meio de bancos de dados disponíveis, fornecidos pela Instituição. Quando o fornecedor tratar dados pessoais em nome da Fundação do ABC será considerado operador de dados pessoais e deverá realizar o tratamento dos dados apenas segundo as instruções fornecidas pela Fundação do ABC.

2.2. Caso seja um operador, o Fornecedor não possuirá nenhum direito de tratamento independente dos dados pessoais transferidos. Em qualquer caso, todo o tratamento de dados pessoais deve ser realizado somente de acordo com as disposições da LGPD e demais regulamentações aplicáveis ao tratamento de dados pessoais.

3. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

3.1. O Fornecedor se obriga a:

- a) Tratar os dados em acordo com a legislação aplicável, incluindo o Tratamento em consonância com os princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas;
- b) Somente Tratar Dados Pessoais mediante instruções documentadas e informar, imediatamente, caso considere que qualquer instrução viola a LGPD ou qualquer lei ou regulamentação aplicável;
- c) Não reutilizar ou compartilhar Dados Pessoais, exceto se instruído ou autorizado pela Fundação do ABC previamente, ou se exigido pela lei aplicável e, nesse caso, o Fornecedor deverá informar a Fundação do ABC sobre essa exigência legal antes do efetivo tratamento;
- d) Não realizar Transferência Internacional de Dados Pessoais sem a aprovação prévia e por escrito da Fundação do ABC, exceto quando a transferência de dados ocorrer para um país reconhecido pela ANPD como tendo um nível adequado de proteção;
- e) Manter uma estrutura interna com medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir que o Tratamento realizado em nome da Fundação do ABC atenda aos requerimentos de segurança e confidencialidade da LGPD, incluindo a implementação de procedimentos adequados de gerenciamento de direitos de acesso, retenção, criptografia e segurança dos Dados Pessoais;
- f) Não subcontratar ou terceirizar o Tratamento dos Dados Pessoais sem autorização prévia e expressa da Fundação do ABC e, ainda assim, sempre mediante contrato escrito, impondo as mesmas obrigações estabelecidas pela Fundação do ABC para seus Fornecedores, incluindo obrigações de segurança e confidencialidade;

- g) Disponibilizar à Fundação do ABC todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento com as obrigações aqui elencadas e (i) permitir e contribuir com a realização de auditorias, incluindo inspeções e investigações, e (ii) prestar assistência à Fundação do ABC, inclusive na realização de avaliações de impacto à proteção de dados e garantia do exercício dos direitos dos titulares;
- h) Se responsabilizar pelo Tratamento de Dados Pessoais que realizar em desacordo com a Legislação Aplicável, bem como por eventuais omissões ou erros cometidos em nome próprio ou por qualquer de seus empregados, prepostos, representantes, terceiros e subcontratados;
- i) Excluir ou devolver todos os Dados Pessoais conforme solicitado pela Fundação do ABC após o término da prestação dos serviços relacionados ao contrato e excluir cópias existentes, exceto se a legislação autorizar o armazenamento de tais dados;
- j) Manter a confidencialidade de todas as informações da Fundação do ABC a que tiver acesso em razão do relacionamento comercial entre as partes, protegendo e não divulgando para terceiros, salvo se a divulgação for prévia e expressamente autorizada pela Fundação do ABC.

4. DOS DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS

4.1. O Fornecedor declara que está ciente dos direitos dos Titulares de Dados previstos na LGPD, incluindo, os seguintes:

- a) Confirmação de que existe tratamento dos seus dados pessoais;
- b) Acesso aos próprios dados pessoais;
- c) Correção dos dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados;
- d) Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD;
- e) Portabilidade dos dados pessoais para outro fornecedor de um serviço ou produto, sujeito à regulamentação da autoridade nacional;
- f) Solicitação de apagamento ou anonimização dos dados pessoais tratados com base no seu consentimento, exceto quando a lei autorizar a manutenção destes dados por outro fundamento;
- g) Informações sobre as entidades públicas e privadas com as quais a Fundação do ABC tenha realizado o uso compartilhado dos seus dados pessoais;
- h) Informações sobre a possibilidade de não dar consentimento ao tratamento dos seus dados pessoais e sobre as consequências de tal ação; e
- i) Revogação de seu consentimento, quando o tratamento tenha sido feito com base no consentimento do titular.

4.2. O Fornecedor cooperará para permitir que a Fundação do ABC cumpra o exercício de direitos pelos Titulares dos Dados, o que incluirá: (a) o fornecimento de todas as informações solicitadas pela Fundação do ABC; (b) a prestação de assistência conforme razoavelmente solicitado pela Fundação do ABC para permitir que esta cumpra a solicitação pertinente, responda efetivamente as reclamações ou envie as comunicações dentro dos prazos previstos pela LGPD.

5. DOS INCIDENTES DE SEGURANÇA

5.1. O Fornecedor deverá notificar a Fundação do ABC, por meio de seu Encarregado de Dados, através do e-mail protecaodedados@fuabc.org.br, imediatamente após

tomar conhecimento ou suspeitar de um incidente de segurança que possa comprometer a integridade, confidencialidade e/ou disponibilidade de qualquer dado pessoal. A notificação deverá conter, no mínimo: (i) a descrição da natureza dos dados pessoais afetados; (ii) as informações sobre os Titulares dos Dados envolvidos; (iii) as informações sobre as medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados; (iv) a descrição das prováveis consequências e riscos relacionados ao incidente de segurança; (v) a descrição das medidas tomadas ou propostas para abordar o incidente de segurança; e (vi) a descrição das medidas que foram ou serão tomadas para reverter ou mitigar os efeitos das perdas relacionadas ao incidente de segurança.

6. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DOS AGENTES DO FORNECEDOR

6.1. O Fornecedor reconhece que, no curso de seu relacionamento comercial, a Fundação do ABC poderá, periodicamente, tratar Dados Pessoais relacionados a funcionários ou indivíduos que atuem em seu nome na prestação de serviços (“Representantes”), com a finalidade de:

- a) Preenchimento de cadastro e elaboração de contrato;
- b) Execução do objeto do contrato junto ao Fornecedor;
- c) Cumprimento de obrigações legais;
- d) Comunicação e gestão de relacionamento, contato, fornecimento de informações, envio de comunicados;
- e) Realização de pesquisas de satisfação ou de outra natureza;
- f) Verificação do histórico pessoal e profissional;
- g) Análise e fixação de sinistros, elaboração de dossiês para gerenciamento de riscos;
- h) Avaliação de performance dos serviços prestados;
- i) Preparação de respostas a autoridades no âmbito de processos judiciais ou administrativos, em cumprimento de deveres legais, regulatórios ou quaisquer outros licitamente exigíveis à Fundação do ABC, ou em defesa de seus direitos e interesses legítimos;
- j) Exercício de direitos em processos legais e para propósitos legítimos de negócio da Fundação do ABC;
- k) Apuração de irregularidades e ilícitos cometidos pelo fornecedor no desempenho dos serviços prestados; e
- l) Realização de atividades de prevenção contra fraude e atividades ilícitas, incluindo medidas para proteção da Fundação do ABC, de Clientes e/ou de terceiros.

6.2. É responsabilidade do Fornecedor, atuando na qualidade de Controlador dos Dados dos Representantes, garantir que (i) os Dados recebidos pela Fundação do ABC sejam coletados e compartilhados em acordo com a legislação aplicável, e (ii) os Representantes sejam informados sobre as atividades de tratamento de Dados Pessoais realizadas pela Fundação do ABC.

6.3. A Fundação do ABC poderá coletar informações publicamente disponíveis, além dos seguintes dados pessoais dos Representantes do Fornecedor:

- a) Nome completo;
- b) Data de nascimento;
- c) Gênero;

- d) Nacionalidade;
- e) Número de telefone fixo e telefone celular;
- f) Estado civil;
- g) Endereço completo;
- h) Endereço de e-mail;
- i) Dados e imagens da carteira de identidade (RG);
- j) Dados e imagens do cadastro de pessoas físicas (CPF/ME);
- k) Dados e imagens da Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- l) Dados do veículo do Transportador, incluindo identificação do proprietário;
- m) Cópia ou números de outros documentos de identificação governamentais;
- n) Dados pessoais contidos em contratos sociais e procurações;
- o) Organização ou empresa a qual pertence ou esteja relacionado e informações relacionadas;
- p) Posição, título ou cargo;
- q) Informações de contrato;
- r) Dados de geolocalização;
- s) Fotografias, coletadas para os sistemas de segurança da Fundação do ABC;
- t) Informações sobre histórico pessoal, profissional e, conforme permitido pela legislação, antecedentes criminais;
- u) Informações sobre preferência de comunicação; e
- v) Comunicação, verbal ou escrita, mantida entre o Fornecedor e a Fundação do ABC.

6.4. A Fundação do ABC manterá e tratará esses dados pessoais pelo tempo necessário para cumprir com os propósitos apontados acima. Os Representantes do Fornecedor poderão exercer os direitos como Titulares dos Dados na forma da cláusula 4 deste Termo, através do contato com o Encarregado de Dados por meio do seguinte canal protecaodedados@fuabc.org.br.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. O Fornecedor declara e se compromete a cumprir com os termos da LGPD e demais regulamentações aplicáveis relacionadas à privacidade e à proteção de dados pessoais. Em caso de quaisquer dúvidas ou deveres relacionados ao tratamento de dados dos Titulares de Dados, ou ainda, caso o Fornecedor entenda que não é capaz de atender ao previsto na LGPD, ele deverá entrar em contato direto com o Encarregado de Dados da Fundação do ABC por meio do endereço de e-mail protecaodedados@fuabc.org.br.

7.2. Declaro que as informações prestadas acima representam a legítima expressão da verdade e aceito as condições do termo de responsabilidade.

....., de de 2023

.....
Assinatura do sócio proprietário ou representante legal
Nome por extenso (em letra de forma):
CPF:

ANEXO VI

REQUISITOS BÁSICOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

1. INTRODUÇÃO

O presente anexo tem por objetivo determinar parâmetros de Segurança e Medicina do Trabalho com relação à prestação de serviços pela empresa CONTRATADA nas dependências do CONTRATANTE sempre atendendo ao cumprimento da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho, e todas as suas atualizações, bem como as legislações complementares que regem a presente matéria. O cumprimento das legislações pertinentes a essa matéria, estará sob a coordenação do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (**SESMT**) da CONTRATANTE.

2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente as presentes instruções no tocante a Segurança e Medicina do Trabalho, com o objetivo de proteger os funcionários de ambas as partes e demais bens e equipamentos próprios da CONTRATANTE, sem qualquer restrição à supervisão do **SESMT**.

2.2. A CONTRATADA obriga-se a cumprir e respeitar as determinações do presente documento e as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho vigentes no âmbito da CONTRATANTE e, em nenhuma hipótese poderá alegar desconhecimento das mesmas, ficando responsável pelos atos de seus colaboradores decorrentes da inobservância das mesmas.

2.3. A CONTRATADA obriga-se a ter implementado PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL – PCMSO - e o PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS -PPRA- aos seus colaboradores de acordo com o que estabelece a NR-7 NR-9 aprovadas pela portaria 3.214 de 08 de junho de 1978. Em especial a CONTRATADA deverá observar as adequações à NR 32, conforme o trabalho executado por seus colaboradores nas dependências da CONTRATANTE.

2.4. A CONTRATADA compromete-se a manter arquivado e à disposição, tanto da supervisão da CONTRATANTE como por parte de fiscalizações oficiais, cópia da carteira de vacinação e a primeira via do ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL -ASO- dos seus colaboradores que vierem a operar neste contrato conforme previsto na NR-7 da Portaria já referida no item acima. Em especial o Programa de Vacinação deverá constar como item de adequação a NR 32, incluindo o resultado da soro conversão para Hepatite B.

2.5. A CONTRATADA deverá encaminhar a Engenharia de Segurança do Trabalho da CONTRATANTE uma relação contendo o nome, número total de funcionários que estarão operando no contrato, a respectiva divisão por turnos de trabalho, especificando, quantidade, sexo e idade dos mesmos, Ordem de Serviço (OS) dos funcionários e quando ocorrer substituição está deverá ser igualmente informada. As informações deverão ser renovadas trimestralmente.

2.6. A CONTRATADA deverá providenciar crachá de identificação, de uso obrigatório, para todos os funcionários que estiverem prestando serviço nas instalações da

CONTRATANTE, especificando o cargo ocupado pelos mesmos.

2.7. Todo primeiro dia útil do mês, a CONTRATADA deverá enviar cronograma de atividades ordinárias ao setor da Engenharia de Segurança do Trabalho. Em caso de atividades extraordinárias, a CONTRATADA deverá enviar cronograma compatível para ciência e programação de acompanhamento da Engenharia de Segurança do Trabalho, atividades estas, não mencionadas no item 8.

3. DESTAQUES SOBRE NORMAS REGULAMENTADORAS

3.1. A CONTRATADA deverá obrigatoriamente adotar as medidas de proteção previstas em todas as Nrs que forem aplicáveis ao seu processo de trabalho dentro das instalações da CONTRATANTE.

4. ESCLARECIMENTOS SOBRE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO

4.1. É proibido fumar em toda área interna das unidades da CONTRATANTE, Decreto 2018 de 01.10.96 que regulamenta a Lei 9294 de 15.07.96, nos termos do 4º do art. 220 da Constituição.

4.2. É proibido abrir válvula dos hidrantes, retirar mangueiras ou usá-las para qualquer finalidade sem prévio conhecimento e anuência da Engenharia de Segurança do Trabalho.

4.3. Os extintores de incêndio não devem ser retirados de seus pontos fixos sob nenhuma alegação, sem prévio conhecimento e anuência do Engenharia de Segurança do Trabalho.

4.4. Comunicar com antecedência à Engenharia de Segurança do Trabalho quaisquer intervenções que se fizerem necessárias para execução dos serviços no sistema de detecção, alarme e combate à incêndios, bem como realocação de equipamentos e periféricos.

4.5. Quando for necessária alteração de layout (pequenas obras) da área útil ocupada pela CONTRATADA, está deverá comunicar previamente a Engenharia de Segurança do Trabalho da CONTRATANTE.

5. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

5.1. A CONTRATADA deverá fornecer e obrigar ao uso todos os Equipamentos de Proteção Individual que se fizerem necessários para a execução das tarefas correspondentes.

Deverá observar os seguintes aspectos com relação à melhor adequação dos mesmos:

5.1.1. A seleção e adequação do EPI deverão seguir as recomendações da NR-6;

5.1.2. Ser de boa qualidade;

5.1.3. Possuir Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Certificado de Registro de Fabricante (que poderá ser solicitado pela Engenharia de Segurança do

Trabalho da CONTRATANTE a qualquer momento)

5.2. Os Equipamentos de Proteção Individual devem ser mantidos em perfeitas condições de uso e em bom estado de higienização, devendo ser armazenados em local próprio, longe de qualquer outro material. O referido equipamento deverá ser fornecido gratuitamente ao funcionário.

5.3. A CONTRATADA deverá ter documentado a entrega dos referidos Equipamentos aos seus funcionários, bem como fazer orientação (vide item 8) sobre a obrigatoriedade de seu uso.

5.4. A CONTRATADA deverá manter nas instalações cedidas pelo CONTRATANTE, estoque dos EPIs utilizados por seus funcionários, a fim de que não falte em caso de substituição por perda, extravio ou qualquer outro motivo.

5.5. A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender o serviço, sem gerar qualquer ônus por tal interrupção, quando for detectado a falta do conjunto de EPIs necessários à execução do serviço.

6. INSPEÇÕES DE SEGURANÇA

6.1. É facultado à CONTRATANTE, através de sua Engenharia de Segurança do Trabalho, realizar inspeções periódicas nas instalações e execução de serviços da CONTRATADA, com vistas a verificar o cumprimento das determinações legais bem como as recomendações constantes deste Documento, ou ainda recomendações de caráter geral, sempre com o objetivo de cumprir a legislação vigente e evitar Acidentes de Trabalho ou Doenças Profissionais.

6.2. A CONTRATANTE, através de sua Engenharia de Segurança do Trabalho, poderá suspender qualquer trabalho no qual se evidencie risco iminente, ameaçando a integridade física de funcionários de ambas as partes, ou ainda que possa resultar em prejuízo material de grande monta para a própria CONTRATANTE.

6.3. As irregularidades apontadas nas Inspeções devem ser sanadas pela CONTRATADA, sob pena de sofrer suspensão do trabalho até que as mesmas sejam sanadas.

7. COMUNICAÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO

7.1. Quando da ocorrência de Acidente de Trabalho, com funcionários da CONTRATADA, estes deverão seguir o fluxo de acidente da unidade de labor, tanto para acidente biológico, não biológico e trajeto.

7.2. A CONTRATADA deverá emitir a CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho, e informar de imediato a Engenharia de Segurança do Trabalho.

7.3. Todo Acidente de Trabalho, com ou sem perda de tempo, deverá ser comunicado através de relatório ao SESMT da CONTRATANTE, da maneira mais detalhada possível, na data de ocorrência do mesmo.

8. TREINAMENTOS E EDUCAÇÃO CONTINUADA

8.1. Os funcionários da CONTRATADA devem receber capacitação continuada, seguida de acompanhamento e avaliação (ênfase no uso de proteção individual e conhecimento de procedimentos operacionais) antes de iniciar as atividades nas dependências da CONTRATANTE, para que a qualidade dos serviços seja sempre a mesma e para evitar Acidentes de Trabalho.

8.2. Os funcionários da CONTRATADA devem receber treinamento em relação aos produtos químicos, como por exemplo: fumos metálicos, cola de contato, tinta, solventes, particulados sólidos de mercúrio nas lâmpadas fluorescentes e etc, quando for o caso.

8.3. Em caso de trabalho em altura, a CONTRATADA deverá evidenciar treinamento para execução da atividade em conformidade com a NR-35, inclusive destinar um técnico de segurança do trabalho para acompanhamento.

8.4. Em caso de trabalho em espaço confinado, a CONTRATADA deverá evidenciar treinamento para execução da atividade em conformidade com a NR-33, inclusive destinar um técnico de segurança do trabalho para acompanhamento.

8.5. A CONTRATADA deverá apresentar cópia do Programa de Treinamento, mencionado no itens 8.1 e 8.2, bem como as atualizações que vier a fazer do mesmo, **observando os dispostos na NR 32.**

8.6. A CONTRATADA deverá liberar seus funcionários para treinamento de integração na unidade de destino ou labor.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A CONTRATADA, que pelo número de funcionários não for obrigada a manter pessoal especializado em Segurança e Medicina do Trabalho, como previsto na NR-4, deverá designar profissional da área, para que uma vez por mês mantenha intercâmbio com o **SESMT** da CONTRATANTE, sobre as ocorrências e possíveis sugestões para o bom desenvolvimento do trabalho.

9.2. Qualquer interrupção ou suspensão dos trabalhos, motivados pela não observância das instruções constantes neste Documento, não exime a CONTRATADA das obrigações contratuais e penalidades constantes das cláusulas contratuais referentes a multa e prazos.

9.3. A CONTRATADA deverá atender ao disposto no Quadro I da NR-5, da portaria 3214/78, e encaminhar ao SESMT da CONTRATANTE cópia do edital de convocação e do calendário anual de reuniões da C.I.P.A.

9.3.1 Em caso de não enquadramento no Quadro I da NR-5, a CONTRATADA deverá promover anualmente treinamento para o designado responsável pelo cumprimento do objetivo desta NR.

9.4. A CONTRATANTE reserva-se o direito de fazer outras exigências com respeito a Segurança e Medicina do Trabalho, sempre que julgue necessário, para a proteção de

funcionários e bens materiais de sua propriedade.

9.5. A CONTRATADA deve obedecer às legislações pertinentes ao destino de Resíduos Sólidos, em especial a RDC 306 da ANVISA, tendo inclusive PGRSS próprio, caso seja da área de saúde.

ANEXO VII

ATO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO n°0269/2024
DECLARAÇÃO 5.3.15

Eu _____ representante legal da empresa
_____, CNPJ _____,
endereço _____, telefone _____, declaro que,
de acordo com as especificações fornecidas pela CONTRATANTE, temos perfeitas condições
para a execução completa dos serviços;

Data _____

Assinatura _____

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DEVE CONSTAR NOME COMPLETO DA EMPRESA

NÚMERO DO CNPJ

ENDERECO

TELEFONE

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO VIII

ATO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO n°0269/2024
DECLARAÇÃO 5.3.16

Eu _____ representante legal da empresa
_____, CNPJ _____,
endereço _____, telefone _____, declaro que,
assumimos o compromisso de cumprir as leis anticorrupção e as políticas, procedimentos
e regras de integridade aplicáveis, incluindo, sem limitação, o Código de Conduta Ética da
Instituição;

Data _____

Assinatura _____

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DEVE CONSTAR NOME COMPLETO DA EMPRESA

NÚMERO DO CNPJ

ENDEREÇO

TELEFONE

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO IX

ATO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO n°0269/2024
DECLARAÇÃO 5.3.17

Eu _____ representante legal da empresa
_____, CNPJ _____,
endereço _____, telefone _____, declaro que,
sob a pena da lei, não possuímos como dirigente ou sócio, cônjuge, companheiro, parente
em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de profissionais
integrantes de órgãos de deliberação ou direção da FUABC;

Data _____

Assinatura _____

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DEVE CONSTAR NOME COMPLETO DA EMPRESA

NÚMERO DO CNPJ

ENDEREÇO

TELEFONE

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO X

ATO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO nº0269 /2024
DECLARAÇÃO 5.3.18

Eu _____ representante legal da empresa
_____, CNPJ _____,
endereço _____, telefone _____, declaro sob
a pena da lei, total responsabilidade no caso de meus funcionários ou prepostos vierem a
mover futuras ações trabalhistas ou cíveis contra a mesma, ficando a FUABC – Complexo
de Saúde de São Caetano do Sul excluída do polo passivo, ou seja, da responsabilidade
solidária ou subsidiária.

Data _____

Assinatura _____

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DEVE CONSTAR NOME COMPLETO DA EMPRESA

NÚMERO DO CNPJ

ENDEREÇO

TELEFONE

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO XI

ATO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO n°0269/2024
DECLARAÇÃO 5.3.19

Eu _____ representante legal da empresa
_____, CNPJ _____,
endereço _____, telefone _____, declaro sob
a pena da lei, a inexistência de vínculo dos sócios e seus funcionários com a Fundação do
ABC e suas mantidas; bem como a não composição do Conselho de Curadoria da FUABC
e Conselho de Administração de nenhuma mantida, para fins da não implicação futura de
nulidade do certame.

Data _____

Assinatura _____

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DEVE CONSTAR NOME COMPLETO DA EMPRESA

NÚMERO DO CNPJ

ENDEREÇO

TELEFONE

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO XII

ATO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO n°0269 /2024
DECLARAÇÃO 5.3.20

Eu _____ representante legal da empresa
_____, CNPJ _____,
endereço _____, telefone _____, declaro que
possuimos processos internos de governança para proteção de dados, se adequando à Lei
Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei n° 13.709/2018 que regula as atividades de
tratamento de dados pessoais. **(CASO NÃO POSSUA DEVERÁ PREENCHER DE ACORDO
COM O ITEM 5.3.20.1)**

Data _____

Assinatura _____

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DEVE CONSTAR NOME COMPLETO DA EMPRESA

NÚMERO DO CNPJ

ENDEREÇO

TELEFONE

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO XIII

ATO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO n°0269 /2024

**ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA (ENTREGUE PELA
CONTRATANTE)**

Atesto para fins de habilitação ao Processo 0269/2024, que a empresa _____ representada por _____ participou da Visita Técnica realizada em ____/____/2024 no local onde serão prestados os serviços objeto deste certame.

A empresa supracitada declara que seu representante vistoriou os locais e que tem pleno conhecimento de todas as dificuldades porventura existentes para o cumprimento das obrigações objeto do certame.

São Caetano do Sul _____, de _____ de 2024.

Fundação do ABC
Complexo de Saúde de São Caetano do Sul

Representante da Empresa

**OBS - CASO A EMPRESA OPTE PELA NÃO REALIZAÇÃO DA VISTORIA DEVERÁ
APRESENTAR DE ACORDO COM O MODELO ABAIXO**

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

(A declaração deve ser apresentada em papel timbrado da empresa participante)

Declaramos para os devidos fins, que a empresa _____ representada por _____, teve a oportunidade de realizar a Visita Técnica e optou por não fazê-la.

Deste modo, cumprimos com o solicitado no Ato Convocatório n° 0269/2024 pela CONTRATANTE sem quaisquer questionamentos em virtude do não conhecimento dos locais.

São Caetano do Sul, _____ de _____ de 2024.

**NOME DA EMPRESA
NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL E ASSINATURA**